



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 52

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1131
ADVOCACIA GERAL	1132

TAQUIGRAFIA

ATA DA 7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A ATUAL SITUAÇÃO DOS SERVIDORES DA SAÚDE DO ESTADO DE RONDÔNIA

Em 10 de março 2016.

**Presidência do Sr.
DR. NEIDSON - Deputado**

(Às 15 horas e 22 minutos é aberta a sessão)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Deputado Estadual Dr. Neidson, realiza Audiência Pública com objetivo de debater a atual situação dos servidores da Saúde no Estado de Rondônia.

Temos a honra de convidar para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Excelentíssimo senhor Deputado Dr. Neidson, proponente desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Dr. Bruno Rosa Balbé, Presidente da Associação dos Membros da Defensoria Pública, representando a Defensoria, Sra. Neucila Baratto, representando a Secretaria de Estado da Saúde, convidamos também o Excelentíssimo senhor Ivo Benitez, Superintendente da FUNASA, que por motivo de urgência se ausentou, mas a sua cadeira ficará porque ele retornará muito

em breve. Sr. Caio Marin, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado de Rondônia, Sr. Raimundo Nonato, Presidente do Conselho Estadual de Saúde, Sr. Flávio Tavares, Presidente do Sindicato dos Profissionais em Enfermagem do Estado, Sra. Sílvia Maria Nério Piedade, representando o Conselho Federal de Enfermagem - COFEN. Pronto, senhor Presidente.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta essa Audiência Pública com objetivo de debater a atual situação dos servidores da Saúde do Estado de Rondônia.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos os presentes a ficarem de pé para cantarmos o hino Céus de Rondônia, composição de Joaquim de Araújo Lima e música do Doutor José de Melo e Silva.

(EXECUÇÃO DO HINO CÉUS DE RONDÔNIA)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) - Sr. Presidente, registramos e agradecemos a presença do Dr. Daniel Pires de Carvalho, Gerente Médico do Hospital Infantil Cosme e Damião, da Dra. Patrícia da Silva Ribeiro, Secretária Geral do Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia, também registramos a presença dos senhores funcionários na área de saúde do Estado e também do Sr. Paulo José de Siqueira, Gerente de Enfermagem do Hospital João Paulo II. Também comunicamos que recebemos um ofício encaminhado pela Secretaria de Estado da Educação. “Ofício nº 1.521/2016 do Gabinete da SEDUC, encaminhado no dia 29 de fevereiro de 2016, à S.Exª o Sr. Mauro de Carvalho, Deputado Estadual Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Assunto: Audiência Pública, situação dos servidores da SESAU. Sr. Presidente, com os nossos cumprimentos, e em atenção ao convite para a audiência pública para discutir e analisar a situação dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde que acontecerá no dia 10 de março de 2016, no Plenário das

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Deliberações desta Casa de leis, informamos a V.Exª a impossibilidade de participar desta importante ação pública considerando a demanda de compromissos antecipadamente agendados. Na oportunidade parabenizamos o Presidente Deputado Maurão de Carvalho e o proponente da audiência Deputado Dr. Neidson, pela iniciativa para essa discussão importante buscando ações estratégicas que permitam a valorização dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde. Atenciosamente, Márcio Antônio Félix Ribeiro - Secretário Adjunto de Estado da Educação.

Também recebemos ofício da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS. "Ofício 522/GAB/SEAS, 03 de março de 2016, endereçado a S.Exª o Sr. Dr. Neidson Barros, Deputado Estadual. Sr. Deputado, com os nossos cordiais cumprimentos vimos por meio deste agradecer a gentileza do envio do convite para a audiência pública com os objetivos de debater sobre atual situação dos servidores da saúde no Estado de Rondônia, e informar a impossibilidade de minha participação em virtude de compromissos assumidos anteriormente. Apresentamos os nossos cumprimentos a V.Exª e aos demais organizadores, ao tempo em que desejamos pleno êxito ao evento. Atenciosamente, Valdelice Domingos Ferreira, Secretária de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS".

Pronto, Sr. Presidente.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a todos os presentes, temos aqui vários companheiros de trabalho do Hospital João Paulo II, tanto técnicos de enfermagem, como enfermeiros, várias classes sem distinções, todos imbuídos em trabalhar pela saúde da população do Estado de Rondônia. Quero cumprimentar todos os presentes aqui na Mesa em nome do Presidente Maurão de Carvalho, que não pode estar presente, mas agradecer a presença de todos vocês para tratarmos nessa audiência pública a situação que nós vivemos, eu como funcionário público também, temos grandes problemas na área da saúde até pelo funcionalismo público mesmo, por exemplo, as pessoas que nós temos, funcionários que entraram já trabalha há mais de 20 anos e recebem o mesmo valor salarial do que uma pessoa que entra hoje no serviço público no Estado, assim como médicos já tivemos também várias reclamações da parte do SIMERO, e além de outras coisas mais que nós temos aí como insalubridade, adicional noturno e tudo isso nós queremos tratar e já tentar iniciar uma resolução desses problemas. Então quero agradecer a todos. Como é de costume nas audiências públicas, nós abrimos primeiro as falas para que todos vocês possam, todos não, as pessoas que estiverem inscritas possam fazer uso da palavra, e vamos começar aqui pela Sra. Sílvia Maria Nério Piedade, que é representante do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN.

A SRA. SÍLVIA MARIA NÉRIO PIEDADE - Boa tarde a todos. Quero agradecer ao Dr. Neidson nosso Deputado por ter abraçado esta causa a partir do momento pelo qual ele foi procurado pelos profissionais da saúde, ele abraçou esta causa e propôs esta audiência pública. Em nome do Presidente do Conselho Federal de Enfermagem Dr. Manoel Carlos que também é servidor do Estado eu trago todo apoio do Conselho

Federal às lutas e as bandeiras levantadas pelos profissionais da saúde do nosso Estado e em especial aos profissionais de enfermagem. Dr. Neidson, não sei se quebraria o protocolo, mas eu gostaria de convidar aqui a Dra. Patrícia, enfermeira, Presidente em exercício do Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia neste momento, que ela vai fazer uma fala a respeito da situação e das reivindicações dos profissionais da saúde do nosso Estado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Ok! Já estava registrado.

A SRA. PATRÍCIA DA SILVA RIBEIRO – Senhoras e senhores boa tarde. Exmº. Deputado Estadual Neidson, companheiro de trabalho, colega de trabalho lá do Hospital João Paulo, em nome de quem nós cumprimos a Mesa.

Primeiramente, salienta que esse momento é fruto de uma reivindicação antiga de todos nós profissionais de saúde do Estado de Rondônia. Então são anos e anos amargando perdas, essa é a grande verdade. Promessas e mais promessas não cumpridas desrespeito e cobrança aos trabalhadores de saúde, embora eu esteja neste momento enquanto representante do Conselho Regional de Enfermagem eu acredito que eu estou como porta voz dos muitos colegas que partilham conosco esse trabalho na área de saúde, sobretudo, aqueles que atuam na rede de urgência e emergência, embora a situação do Hospital João Paulo seja única no âmbito do Estado, os colegas que trabalham nas portas de entrada eu acho que sofrem e partilham das mesmas dores.

No final de 2015, nós procuramos o Dr. Neidson que nos atendeu de pronto com uma pauta de reivindicação da enfermagem, que nós gostaríamos de estar passando as mãos de todos os demais Deputados, mas, eu percebo que isso não vai ser possível. Então, eu assumo aqui com os colegas da enfermagem que a Dra. Hosana, que foi quem procurou o Conselho Regional de Enfermagem, enquanto tesoureira, levando essa pauta, levando essa possibilidade, esse canal que se abriu com o Dr. Neidson, nós estaremos protocolando essa mesma pauta de reivindicação da enfermagem junto a todos os demais Deputados desta Casa. E a partir daí dessa reunião que aconteceu exatamente no dia 05 de dezembro do ano passado, nós já saímos de lá com a data dessa Audiência marcada. Então, em nome de todos os colegas nosso, obrigada, pelo carinho e atenção.

Nessa pauta de reivindicação da enfermagem está o apoio ao Projeto de Lei das 30 horas, o piso salarial, aposentadoria especial e tantas outras pautas que são de interesse comum.

Eu me recordo que em um passado não muito distante nós estivemos aqui nesta mesma Casa de Leis e com o apoio incondicional do Tribunal de Contas, do Ministério Público, do Conselho Estadual de Saúde e de alguns Conselhos de Classe, nós conseguimos barrar uma iniciativa de privação em massa dos setores de saúde, dos serviços de saúde no Estado, e qual é a lógica da privatização? Primeiro você precariza e depois você justifica que não está dando certo, então você precisa contratar iniciativa privada. Eu estou fazendo essa fala porque uma lógica muito semelhante vem acontecendo hoje conosco, com os trabalhadores da saúde. Eu não me recordo à última vez que nós recebemos um aumento salarial porque os últimos

a gente observa que não cobrem sequer a inflação e normalmente são fracionados, duas, três, quatro vezes, um, dois por cento parcelados em duas, três, quatro vezes, enfim.

Eu perguntaria a todos aqui se tem alguma diferença nesse modelo que vinha sendo praticado nessa tentativa de privatizar o serviço. Hoje nós temos a diminuição da qualidade dos serviços, hoje nós somos submetidos a jornadas extenuantes em situações absurdas. Absurdas são as nossas condições de trabalho, quem conhece a realidade do Hospital João Paulo sabe disso.

E qual é o resultado disso? Nossos colegas, nós, estamos adoecendo. Um levantamento breve que da Gerência de Enfermagem do João Paulo, nos últimos cinco meses nós tivemos nada mais, nada menos do que mais 1200 dias de atestado. E aí eu pergunto aos senhores: isso aí é preguiça? Os colegas estão forjando esses atestados por que não querem, por que não gostam de trabalhar? Nós estamos adoecendo, os nossos colegas estão com problemas mentais, estão com problemas mentais por envolvimento pessoal, por envolvimento dos familiares com drogas, por que precisam abandonar os filhos, por que precisam abandonar os pares para passarem horas, submetidos aqueles condições de trabalho, dando o melhor de si na assistência, por que condições nós não temos. Então assim, nós seguramos muito mesmo no peito e na raça. O Dr. Neidson sabe disso, esteve conosco a bem pouco tempo, hoje talvez nós não tenhamos os pacientes sendo assistidos no chão, mas, nós continuamos com todos eles sendo assistidos nos corredores, nas recepções, muitas vezes ao tempo, sem o mínimo respeito aos pudores, sem o mínimo respeito, por que nós não queremos? Não. É por que nós não temos condições. Então, senhores, é imprescindível tomarmos consciência de que nós lidamos com vida, nós lidamos com a vida de pessoas que nós conhecemos e com a vida de pessoas desconhecidas. Se qualquer um dos senhores presentes em algum momento precisar da assistência, por exemplo, do João Paulo, vocês serão recebidos e vocês serão atendidos por todos os profissionais que laboram naquela Instituição. Para que qualquer um de nós seja atendido no Hospital João Paulo vai precisar do servidor do SAME para fazer a ficha, vai precisar do profissional de enfermagem para fazer a classificação de risco, vai precisar do profissional médico para fazer o diagnóstico, para fazer as prescrições, para solicitar exames, vai precisar dos profissionais do laboratório, da radiologia, dos profissionais de enfermagem. Se saírem de lá sequelados vão precisar dos profissionais fisioterapeutas, ainda lá dentro vão precisar dos assistentes sociais, vão precisar dos psicólogos. Então nessa tarefa todos nós temos valor e todos nós trazemos valores, inclusive, valores em espécie para os cofres do Estado. Então fica para a grande massa dos profissionais de saúde uma grande pergunta; por que quê no âmbito de uma mesma Secretaria de Saúde, por que quê na esfera de uma mesma Instituição de saúde nós temos regramento diversos e distintos para tratar das mesmas pautas, das mesmas matérias em função dos profissionais distintos das categorias distintas? Sendo que todos nós somos trabalhadores de saúde regulamentados em lei. Nós não temos ainda, e eu digo ainda por que falta para a grande maioria de nós, condições e talvez mais aproximação, fortalecimento para que nós possamos estar aqui pleiteando uma isonomia salarial, não é nossa pretensão ainda, senhores, mas, nós gostaríamos de respeito e de valorização.

E que essa valorização vá além do discurso por que aquele discurso, e aí eu vou falar da enfermagem, de que a enfermagem carrega a saúde, de que a enfermagem está inserida nas coordenações dos programas públicos, de que a enfermagem possui mais de 70% da força de trabalho. Esse discurso todos nós já conhecemos, esse discurso fortalece em muito o nosso ego, mas não nos dá condições de uma melhor qualidade de vida para nós e para os nossos familiares. Então nós precisamos que essa valorização, ela ultrapasse a barreira do discurso e ela seja de fato empreendida com melhoria salarial. Eu acho que esse é o nosso grande clamor. Então face a tudo isso que eu coloquei aqui eu vou pontuar algumas das nossas reivindicações. Então nós os servidores lotados nas unidades de saúde pertencentes à rede de urgência emergência mais do que qualquer outro, achamos que nós fazemos jus a uma gratificação, gratificação essa que Dr. Neidson, já nos pontuou que é viável, e seria viável com certa urgência. Resolve o nosso problema? Não, mas ajuda bastante. Fora isso, é urgente a revisão do nosso Plano de Cargos e Salários, é uma revisão não que contemple um realinhamento que nós, de tão grande, de tão expressivo, nós não sabemos qual foi o percentual, nós não sabemos quanto, porque isso não teve nenhum impacto nos nossos vencimentos. Eu recentemente para instruir um processo, precisei pegar a minha ficha financeira e em dez anos de serviço prestado ao Governo do Estado de Rondônia, com curso de especialização, com curso de mestrado tive um acréscimo, não é no meu vencimento, mas, no valor total do meu salário de R\$ 1.100,00, em dez anos de serviço considerando o curso de mestrado e considerando um curso de especialização. O que é isso? Isso não é vencimento, não estou dizendo que quando eu me aposentar, vou levar esses mil reais para a minha aposentadoria, porque não vou. O que é isso para nós? Essa revisão desse Plano, ela precisa contemplar um reajuste salarial significativo, digno das nossas necessidades e da nossa atualidade. Progressões salariais efetivas e mais frequentes, a progressão que nós conhecemos é o quinquênio, ou seja, a cada cinco anos, nós temos 2% de reajuste salarial. Um cidadão que entre hoje e que de repente se aposente daqui a trinta anos, se for uma aposentadoria especial de vinte cinco anos que também é nosso pleito, ele vai ter um reajuste no salário de 10 a 12% e é em cima desse salário que deveriam incidir as demais gratificações, deveriam, porque não incidem. Essa revisão de Plano precisa contemplar uma melhoria do incentivo à capacitação, hoje nós podemos fazer quantas especializações nós quisermos, isso vai servir para melhorar o nosso conhecimento, porque o nosso salário, vai melhorar 15%. Se nós fizermos um mestrado, ele vai ter um acréscimo de 20% e um doutorado 25%, detalhe, esse percentual não é cumulativo, e aí senhores 25, 15% de nada, vai ser sempre nada. Então, se nós não tivermos um vencimento digno, nós não teremos nenhum reajuste, nós não teremos nenhum impacto em qualquer tipo de incentivo, isso sem falar que a grande maioria dos cargos comissionados, por exemplo, dos empregos em comissão, não são indicados pela competência técnica, mas, são instrumentos de barganha política, enquanto nós não acabarmos com isso, nós continuaremos sem essa política de incentivo que poderia levar, inclusive, o Estado e os serviços a uma melhoria significativa. Nós estamos pedindo a

revisão da Lei 2165/2009, que trata do pagamento da insalubridade. Nessa Lei, ficou estabelecido que aquele percentual que pode ser de 10 a 40%, ele é pago sob um valor fixo de quinhentos reais, que desde essa época não recebeu um centavo de reajuste. Então, assim, me perdoem os Deputados que à época aprovaram essa Lei, mas, isso é no mínimo ridículo e desrespeitoso aos profissionais. Eu desafiaria qualquer um dos senhores a estarem lá conosco vinte e quatro horas, doze, seis horas que seja, naquele ambiente de trabalho, por exemplo, do Hospital João Paulo, o nosso ambiente de trabalho não é insalubre, ele é desumano, ele não necessitaria de um laudo, de um médico do trabalho, para dizer que nós merecemos, que nós fazemos jus ao recebimento de insalubridade de 40%, sobre um valor fixo de R\$ 500,00, sem reajuste desde 2009. Nós precisaríamos que os Direitos Humanos viessem por nós e dissessem que aquilo não é um ambiente de trabalho. Semelhante afronta, nós podemos colocar a situação do pagamento da hora extra, que também à hora extra foi instituída mais recentemente e acabou o tal do plantão especial. Se a hora extra é ridícula, o que dizer do tal plantão especial, cujo valor é menor ainda, em função da quantidade de plantões realizados. Hoje, nós, os profissionais de saúde, por exemplo, de nível superior não médico, recebemos um valor de R\$ 250,00, por um plantão de 12 horas, a título de hora extra. Na instituição do plantão especial, esse valor era ainda menor. Em cima disso vai incidir o Imposto de Renda e todos os outros encargos. Ou seja, no final das contas, esses R\$ 250,00 vão cair para menos de R\$ 200,00, para passar lá 12 horas dos nossos dias. E não é porque nós estamos muito a fim de trabalhar, é porque nós precisamos e é porque o hospital precisa dos nossos trabalhos muitas vezes para completar as escalas de serviço. Ao contrário dos colegas médicos, o nosso plantão especial, à nossa hora extra não é paga sobre o valor do vencimento, ela é paga sobre um teto fixo.

Continuando as afrontas nós temos aqui o auxílio alimentação. Na verdade todas as nossas bandeiras de luta, todos os nossos direitos precisam ser acionados por via judicial. Isso é uma afronta! Isso é uma afronta a cada um de nós! O auxílio alimentação, ao que me consta, já foi ganho e até hoje acho que ninguém recebeu nenhum centavo. Alguns colegas acionaram judicialmente, pessoalmente; outros; via Sindicato; mas, até o presente momento nada de dinheiro. Ainda na contramão dos preceitos legais, está o pagamento do adicional noturno que no caso dos servidores de Saúde, em vez dos 20% que deveria ser o legal, nós recebemos 10%. Nem isso?

Então, como a insalubridade, o Caio está dizendo que nem todos os colegas estão recebendo. Mais uma ação judicial para os nossos Sindicatos. E com relação aos plantões que são realizados aos finais de semana, aos feriados e que deveriam ser igualmente remunerados e dobro, nada disso. Pelo contrário, só perdas; a mais recente afronta foi à tentativa de regulamentação da Secretaria, dos plantões, do regime de plantão. A iniciativa foi até boa, excelente a iniciativa, para evitar que a gente chegue amanhã, o Ministério do Trabalho ou qualquer outro órgão venha a nos cobrar, como estão cobrando da iniciativa privada. Mas uma regulamentação que já começa ofertando determinada jornada, a determinados profissionais, ela não pode se aplicar, não pode ser aplicada.

Uma regulamentação que prevê, por exemplo, que alguns profissionais possam fazer plantões de 24 horas e outros não. Por que, se alguns profissionais cumprem a sua jornada de trabalho, trabalhando 6 horas corridas, de segunda a sexta, respeitando sábados, domingos e feriados, e outros, para cumprir essa mesma jornada, essa mesma carga horária, precisam trabalhar de segunda a sábado? E isso, um detalhe, esses outros somos todos nós que estamos na assistência direta. Todos nós que adoecemos e que morremos a cada dia que estamos lá no trabalho. Para cumprirmos essa mesma jornada precisaríamos trabalhar de segunda a sábado, sem poder usufruir os finais de semana, feriado, dia santo. Enfim, a justificativa é que nós não estamos cumprindo essa carga horária, pelo menos foi essa a justificativa que me deram. Por que é que os outros colegas que trabalham, por exemplo, no ambiente administrativo estariam cumprindo? Qual é a justificativa? Eu penso que isso é algo que não se aplica. Então senhoras e senhores, somos todas mães, pais, esposas, esposos, filhos, que abandonamos e fomos abandonados pelos nossos Pares. Muitos das nossas famílias estão se dilacerando por separações, pelas drogas, pela depressão e por tantas outras mazelas, nós estamos adoecendo. E para nós trabalhadores de saúde, a desculpa de que o País está em crise, de que o Estado está em crise, não cola mais. Recentemente nós temos a situação da transposição que está desonerando a Folha do Estado. Então nós, os trabalhadores de Saúde, estamos sim, a beira de um colapso. E é impossível viver e conviver decentemente com os valores que nós estamos recebendo e principalmente nas situações em que nós estamos desenvolvendo os nossos serviços. Não nos cabe arcar com a culpa sobre..., eu não vou dizer a má administração, mas a má aplicação dos recursos. O sentimento que nós temos é de que o Estado está precarizando os trabalhadores e os trabalhos em saúde, para justificar os pagamentos de valores estrondosos a verdadeiros cartéis de determinados serviços. E isso, Raimundo, não pode, não pode deixar de ser visto pelo Conselho Estadual de Saúde e pelos outros órgãos de fiscalização. Eu peço desculpa aos colegas por ter me alongado e peço desculpas, mas, o Doutor Neidson propiciou para nós esse momento, e eu tenho certeza que se os colegas que estão ali viessem aqui, tivessem a oportunidade de estarem aqui, iriam todos pedir socorro e dizer que a gente conta com a ajuda de vocês para mudar essa realidade.

Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente)- Obrigado, Sílvia. Realmente foram várias reivindicações e é o que realmente nós vemos no dia a dia no trabalho no João Paulo II. Como, por exemplo, eu já vi, já presenciei técnicos de enfermagem com mais de 15 pacientes lá no PS II, isso aí é desumano para as pessoas trabalharem e até dar um atendimento adequado às pessoas.

Mas eu quero passar a palavra aqui para não me alongar muito, a senhora Raimunda de Jesus, QUE É servidora do Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro.

A SRA. RAIMUNDA DE JESUS – Em primeiro lugar, boa tarde a todos. Os que estão compondo a Mesa e aos demais presentes. Eu só quero na realidade fazer um lembrete a

enfermeira Patrícia, que todas as Unidades de Porto Velho estão NA situação de calamidade, na realidade, não só o João Paulo. Eu trabalho no Hospital De Base em Porto Velho e que tem dias que você acha um horror. Excesso de trabalho demanda muito grande, e as condições são mínimas de trabalho, então não é só o João Paulo, são todas as Unidades de Porto Velho estão nessas condições. É isso, eu só queria dar esse lembrete.

Obrigada.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Obrigado, Dona Raimunda. Com certeza e é por isso que essa Audiência Pública foi nominada para discutir a situação dos servidores da Saúde do Estado de Rondônia, não só do João Paulo, mas, de todas as unidades do Estado.

Quero passar a palavra agora ao senhor Raimundo Nonato, Presidente do Conselho Estadual de Saúde.

O SR. RAIMUNDO NONATO - Quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Dr. Neidson. Agradecer ao convite para que a gente pudesse estar fazendo esse debate. Eu quero pontuar aqui algumas situações. Eu acho que alguém andou lendo alguns matutinos, jornais, os sites, Rondônia é o 2º Estado no Brasil que morreram menos pessoas dentro dos hospitais. Vocês imaginem os outros Estados como é que estão. E, aí, se morreram menos pessoas dentro dos hospitais, agradeçam aos profissionais de saúde que cumpriram com o seu objetivo, de cuidar das pessoas. E, Caio, nós temos uma tarefa, eu fui dirigente sindical, hoje eu não sou, mas eu sou militante, e eu não vi hoje quando você discute capital e trabalho, governo nenhum, de lugar nenhum do mundo vai dar aumento para os trabalhadores, se os trabalhadores não se organizarem e se não tiver apoio desta Casa que faz as leis, se não tiver apoio da sociedade não consegue reajustar o salário. E aí, Patrícia eu concordo com você porque aqui mesmo na audiência pública, eu fui ameaçado uma vez quando eu falei do cartel dos contratos milionários que esse Estado paga para 27 pessoas, para 30 pessoas e isso é um absurdo e nós temos que acabar, e nós temos um Ministério Público fraco, estou falando do MP aqui, que nós temos um Ministério Público muito fraco, porque nós representamos, esse contrato foi denunciado ao Ministério Público do Estado de Rondônia, foi denunciado ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e a gente recebeu um relatório do Procurador dizendo que não podia fazer nada. Para mim isso é o fundo do poço. Eu estou afirmando isso daqui porque eu estou com o relatório em mãos, onde afirma que não tinha como fazer nada com relação ao contrato dos anestesistas, que são 27, que são quase 14 milhões ao ano. E eu acho que quem faz saúde pública é uma equipe muito profissional, não é uma pessoa só, se você não tiver uma equipe muito profissional, você não consegue fazer saúde pública neste Estado. Aqui eu quero propor, Dr. Neidson, que se a gente tem um forum dos profissionais envolvendo os conselhos de profissionais, os sindicatos, que a gente possa abrir o caixa realmente do Governo do Estado, saber se pode rever realmente esse PCCS/SUS porque na realidade é uma conquista dos servidores, uma conquista que está numa lei federal, que é a Lei 8.142/90, ela foi criada em 1990, porque não adianta eu ter o Plano de Carreira para dizer que eu cumpri metas, mas não serve para nada, os próprios servidores estão vindo aqui dizer que não serve para

nada, porque a maioria está ficando doente. E você tirar um plantão no João Paulo é só você ir lá acompanhar de perto para ver o sofrimento que os profissionais têm lá para poderem salvar uma vida, e salva. E eu recomendo ainda que qualquer paciente que tiver passando mal, procure o João Paulo porque tem médico 24 horas, diferente da iniciativa privada, que você chega e às vezes só encontra o técnico de enfermagem ou a enfermeira e tem que chamar o médico, porque ele está de sobreaviso para poder vir atender, às vezes o paciente vai a óbito porque o médico não chega a tempo para poder fazer o procedimento que tem que fazer. E eu queria dizer o seguinte: tudo que você falou, Patrícia a gente vai levar para a reunião de abril, viu Caio, você é conselheiro, eu também sou, eu não estou nem colocando aqui como presidente, e é o momento de se chamar a responsabilidade também, eu queria que o Secretário estivesse aqui, ou o Secretário Pimentel, o Maiorquim justificou que está no centro cirúrgico do João Paulo operando, mas alguém que tivesse o poder de decisão, a Secretaria de Finanças do Estado deveria estar aqui. E Neucila, uma coisa que eu queria chamar a atenção aqui, se a Mesa Permanente, isso aqui não é ameaça não, isso é uma decisão, se a Mesa Permanente de Negociação do SUS não funcionar e ficar simplesmente no papel para poder dizer lá no Ministério da Saúde que tem uma Mesa Permanente de Negociação do SUS do Estado, nós vamos revogar a resolução que a criou, porque ela não está servindo para nada, é ela que tem que debater esses problemas, não tirando a autonomia da Assembleia, mas, é esse forum que tinha que discutir esses problemas que envolvem os trabalhadores, para isso ela foi criada e ela é um instrumento, é uma ferramenta que está dentro da legislação do Sistema Único de Saúde do país para discutir essa situação. E dizer, para concluir a minha fala, concordo com tudo que você falou aqui Patrícia, assino embaixo e quero dizer que os servidores não só do João Paulo, mas, todos os servidores públicos da área da saúde que o Conselho Estadual de Saúde está de portas abertas para fazer esse debate, para deliberar como nós deliberamos das outras vezes, porque vocês são sabedores que o Plano de Carreira só saiu naquela época porque tinha um forum funcionando onde os trabalhadores debateram e veio para esta Casa, lotou esse plenário e foi aprovado, e nós temos que definir piso salarial, definir o piso salarial e definir a política salarial porque também não adianta definir o piso, digamos aqui de 20 mil para daqui a dez anos ele estar defasado, principalmente nessa inflação galopante que está aí, porque é só você ir ao supermercado parece que voltou a era daquelas maquinazinhas, você vai um dia e compra uma coisa, quando você volta no dia seguinte, ela já mudou de preço e o salário nosso nunca aumentou. Então fica aqui o nosso apoio enquanto Conselho Estadual de Saúde à disposição dos profissionais de saúde e à disposição da Assembleia para fazer esse debate.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Obrigado Sr. Raimundo Nonato. Só para retificar, a SEFIN foi convidada, AGEVISA, SEJUS, SESA, SEAE, SEJUCEL, todos os órgãos do Governo, a SEPOG, mas só quem compareceu foi a SESA através da representante, temos todas as assinaturas dos convites de todos os órgãos das Secretarias estaduais. Falou muito bem o Sr. Raimundo e realmente também, Sílvia, nós assinamos

embaixo aí dessas reivindicações. Agora vou passar a palavra ao Sr. Flávio Tavares que é o Presidente do Sindicato dos Profissionais em Enfermagem do Estado.

O SR. FLÁVIO TAVARES - Boa tarde ao Presidente da Mesa hoje, boa tarde a todos que se fazem presentes. Parabenizar a Patrícia pela fala dela, que quando ela falou é o desabafo nosso, nós que somos servidores, que hoje eu sou Presidente do Sindicato, porém, eu não estou afastado ainda, estou trabalhando ainda se vê as lamentações e deixar meu repúdio, primeiramente, como é que a gente já tem uma data marcada de uma Audiência onde não se encontra o Secretário do Estado que é a figura mais principal dessa situação. Quando se fala em política todo mundo começa a se organizar porque vem vindo às eleições é o corre-corre, é o empurra-empurra, ninguém sabe quem manda e quem desmanda no Governo, isso é lamentável, porque quando nós estamos na ponta, principalmente quando ela cita os servidores do João Paulo, que nós sabemos que os outros hospitais também têm outros problemas, mas, o João Paulo, é que nem ela falou, é desumano a situação como eles trabalham.

Então Dr. Neidson, quando nós chegamos para comentar, para questionar alguma coisa, nós lamentamos, porque Audiências, reuniões foram feitas ao montes, mas não tem solução. Esse Plenário está vazio, não é porque os servidores não quiseram vir aqui, é porque tem dois vínculos sabe para quê? Para complementar salário. Não é porque quer. Quem quer trabalhar em dois trabalhos? Ninguém. Ninguém. Onde Rondônia é o 4º PIB da Região Norte e nós não temos 30 horas. Acre, que é bem menor do que nós, tem 30 horas e paga um salário bem maior do que o nosso. Espera aqui, nós produzimos. Basta sentar e ter gestão para que as coisas aconteçam. Eu não acredito no Governo e não estou aqui para fazer apologia contra Governo nenhum, mas quem está sentado na cadeira automaticamente hoje é o Governo Confúcio Moura, então eu quero resposta dele, da equipe técnica dele que não tem nem a capacidade de está aqui presente. Porque dizer que não tem orçamento, dizer que as coisas não funcionam é muito fácil, eu quero vê pegar 24 horas numa UTI que nem eu trabalhei no Hospital de Base, que a Enfermeira Mirian está ali presente e que não pode fazer 36 horas, mas quando falta alguém a gente tem que ficar. Eu estou mentido enfermeira? Não estou. E esse dado que o Conselheiro Raimundo trouxe é interessante, morre menos gente sabe por quê? Porque estamos lá. Estamos lá para segurar a peteca, enquanto o Governo diz que abriu o Hospital e fez isso. Esses dias eu questioneei dona Neucila porque uma servidora tomou posse e lotaram no novo Hospital de Urgência e Emergência de Cacoal, bonito, mais um elefante branco, porque nem o número de servidores que era do concurso não foi convocado, então quem está lá está fazendo extra para completar salário e já pegaram outro elefante branco, para quê? Para dizer que tem mais hospital no Estado? Para dizer que tem mais leitos de UTI onde nós temos que fazer extra? Para gente. A gente faz não é porque nós queremos não, é para completar um salário ridículo, onde dá um auxílio de saúde de cinquenta reais, onde o plano de saúde, o menor hoje é trezentos e poucos reais. Gente, eu já cansei, assumi o Sindicato dia 05, peço ao Caio, como sindicalista que está mais experiente e o COREN, que em vez de ficar cada um puxando

para um lado, que nós temos que unir uma bandeira só e partir para cima, porque, desculpa a parte chula agora, nós estamos igual boi, nós não sabemos a força que nós temos, nós não estamos deixando falar de ninguém deixar morrer na porta de hospital não, que nós não vamos deixar porque nós não somos capaz disso não, mas que valorize a gente, que falta de respeito, gente, a gente tem que virar noites e noites, quando ela falou que nós estamos perdendo a família estamos mesmo, porque se eu fico 48 horas lá, Dr. Neidson como o senhor também fica, a mulher uma hora vai falar: “opa, cadê o camarada para comparecer aqui em casa”. Aí começa as traições, os filhos estão por aí solto nas drogas, porque a mãe não tem condições de cuidar nem saber onde o filho está, que é pior.

Então eu digo para vocês que esta Audiência, todo mundo já sabe da indignação da saúde, todo mundo já sabe, isso não é desse primeiro mandato, segundo mandato ou de outros governos não, agora, o que tem que acontecer é que põe um ponto final porque chega Dr. Neidson, chega, parar de fazer brincadeira com saúde, querer pegar mais hospital, fazer isso aquilo outro sendo que não dão conta.

Ontem tive um problema de sair correndo para ir a UPA porque não tinha médico na UPA no período da tarde, mas sabe por quê? Não tem segurança. Olha a que ponto chegamos! Então, eu peço encarecidamente a cada um, a cada colega de trabalho, Dr. Neidson, nossas gratificações eu tenho que ir para justiça e me dói ter que fazer negociação com o Governo agora de ter que fazer deságio para que ele pague uma coisa que era minha, a GAE ganhamos para pagar os servidores do Estado, se o senhor não sabe vai ter que fazer deságio para pagar.

Quando você vai a folha nem sabiam que pagavam. Espera aqui, que casa de mãe Joana é essa que ninguém sabe das coisas? É revoltante, a gente está revoltado entendeu! Chega, basta, não dá mais da gente ter que largar o lar da gente e ficar segurando o Estado mais não.

Então, essa é a minha revolta, eu deixo aqui minha fala e agradeço a cada um que se fez presente e aqueles que estão trabalhando pela.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Passar a palavra agora ao senhor Caio Marin, que é Presidente do SINDSAÚDE.

O SR. CAIO MARIN – Muito boa tarde a todos do Plenário. Em nome do Excelentíssimo Senhor Deputado Neidson, cumprimentos todos da Mesa, e parabenizar o Deputado pela iniciativa de chamar a essa Audiência Pública, acho que essa Audiência Pública tinha que acontecer de 3 em 3 meses, por que do jeito que saúde está, nós temos que estar corrigindo e brigando mesmo. Eu trouxe aqui um calhamaço de documentos, que são os documentos que o SINDSAÚDE tem protocolado junto ao Estado, junto à própria Assembleia Legislativa, eu fui o primeiro sindicalista que chegou com reivindicações na Comissão de Saúde, e protocolei com o Deputado Dr. Neidson, Deputado está bem lembrado disso, até hoje eu não tive resposta, mas ainda.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Inclusive, essa Audiência Pública foi instituída também através desse documento e o COREN junto.

O SR. CAIO MARIN – Então espero que consiga daqui para a frente deslanchar e tratar esses assuntos da saúde. O

companheiro Flávio que falou um negócio muito importante, não é pelo fato da gente representar parte da saúde, bases fracionadas da saúde aonde o SINDERON representa a enfermagem, o SINSAÚDE como um dos sindicatos mais antigos representa toda a classe da saúde. Temos o SINDERON que representa a parte administrativa dos servidores, nós não sabemos a potência que nós temos, a força que nós temos se juntar, unir as forças para lutar pelo servidor da saúde. Eu há doze anos faço sindicalismos, desde a época do Hospital de Base, fui Presidente por duas vezes da Associação dos servidores do Hospital de Base e a gente tem tentado sempre procurar as melhorias para o servidor da saúde. De 20 anos para cá, o servidor da saúde somente tem decaído tanto em condições de trabalho como em condições salariais. Eu queria mostrar para vocês a ata de audiência de 2012, maio de 2012 quando a gente fez aquela greve de 28 dias, onde vários colegas foram espancados pelo PM, Deputado, e nós conseguimos a duras penas 7.5%, como a Patrícia disse todo aumento que os Sindicatos conseguem sempre são fracionados, sempre tem deságio para pagamento. Então isso é uma vergonha está na hora dos Sindicatos se unirem, esta na hora dos companheiros apoiarem seus sindicatos, e ir à luta. Então o Plano de Carreira, Cargos e Salários, como a Neucila bem sabe, o Raimundo Nonato bem sabe, fez parte desde o começo dessa luta, em 2002 foi instituído e foi feito esse Plano de Carreira, em 2004 tentamos novamente uma revisão do Plano de Carreira e em 2008, nós mandamos esse Plano de Carreira para a Assembleia Legislativa, mandamos já umas duas vezes para fazer essa revisão. Na época a tabela salarial era de dois mil e duzentos reais para nível auxiliar, três e duzentos reais para nível médio, técnico e tudo mais, agente administrativo, e cinco mil e duzentos reais para nível superior, na época era um salário que dava mais ou menos para o servidor viver mais ou menos com uma qualidade de vida. Hoje em dia esse valor já está totalmente defasado, então nós temos que unir as forças e ir em frente com esse Plano de Carreira, Cargos e Salários. E não somente com o Plano de Carreira, Cargos e Salários, por que o servidor não vive somente de salário, nós precisamos realmente de um ambiente de trabalho confortável, um ambiente que realmente ofereça condições para o profissional da saúde desenvolver suas atividades. Eu vou dá um exemplo, o meu irmão a semana passada teve um acidente de moto, teve uma fratura exposta para onde que ele foi? Para o João Paulo II, eu achei muito lindo, muito legal, uma mostra de companheirismo quando meia noite e meia eu recebi a ligação do Valdinei e ele me fala: "Caio seu irmão está aqui, quebrou a perna". Nós fomos realmente adversários nessa campanha, mas isso já passou e você é meu colega e eu quero agradecer em público aqui ao Valdinei por ter me comunicado isso, obrigado Valdinei. E o meu irmão, graças a Deus foi transferido para a Santa Marcelina e está fazendo o seu tratamento. Obrigado. Então por falta de reivindicação do SINDSAÚDE, e dos outros sindicatos, inclusive, essa ata aqui esta assinada pela SINDERON que época era o Ângelo, está SIMERON e por todos os Sindicatos da Saúde, que nós tivemos 7.5% fracionados em 3 pagamentos. Depois houve aquele realinhamento que a Patrícia disse que realmente os enfermeiros não tiveram esse aumento considerável, porém, os auxiliares de saúde, os auxiliares de serviço de saúde e aquelas classes realmente: motorista, aquele pessoal que

ganhava R\$ 780, 783 de vencimento, passou para R\$ 1.430,00. Então é bom a gente lembrar os ganhos que nós tivemos de 2012 para cá, apesar de que não é um ganho considerável, é um ganho que realmente não acompanhou a inflação. Eu peço para os companheiros sindicalistas que hoje aqui estão, que nós temos que atentar também para a revisão geral anual que é um direito constitucional que nós temos a cada ano, que seja feita a revisão geral anual, aonde abrange várias gratificações. Outra coisa, nós entramos com Mandato de Segurança em cima do 5.87, nós ganhamos o ano passado o Mandato de Segurança junto com o SINDERON, junto como SINSEPOL e nós ganhamos esse 5.87, Deputado, mas até hoje, até hoje esse Mandato de Segurança não foi cumprido. Então, é aí que a gente vê que o Legislativo tem que atuar mais nesse sentido quando for para apoiar o Sindicato. Há um conchavo, digamos, assim, eu só vejo isso do Judiciário com o Governo, por quê? Porque nós ganhamos as ações, a gente consegue ganhar e não consegue levar. Então, é muito difícil para o sindicato, está no momento da gente se unir para a gente conseguir realmente sucesso nas nossas reivindicações. Eu acho que o Governo do Estado, tem que ver com muito carinho a questão do João Paulo II, que há muito tempo, há muitos anos o servidor da saúde, enfermeiros e técnicos de enfermagem, cansei de ver técnicos de enfermagem atender 30, 40 pacientes numa ala. Então, isso é inadmissível. Está na hora da gente se unir, na hora da gente reivindicar realmente salários e condições de trabalho que é muito importante e a insalubridade, tem muita gente que fala: os sindicatos não estão fazendo absolutamente nada pela insalubridade. Que não é verdade, o SINDSAÚDE, quando eu assumi o SINDSAÚDE em 2011, eu formei o Núcleo de Saúde do Trabalhador dentro do Sindicato, onde eu coloquei engenheiro do trabalho, coloquei técnico do trabalho, especialistas em saúde e nós compramos aparelhagem para fazer os laudos periciais, tanto é que nós conseguimos em vários interiores fazer laudo pericial, hoje em dia o pessoal do interior de Monte Negro, Campo Novo, Ariquemes, Vilhena e outros locais estão recebendo insalubridade hoje porque o SINDSAÚDE atuou lá no interior e o SINDSAÚDE atuou na Capital também; nós fizemos o laudo pericial da FHEMERON em 2012; 2013 saiu esse laudo e esse laudo ficou já obsoleto, porque 2014 não valia mais, o Estado não quis pagar o laudo pericial da FHEMERON, nós fizemos esse laudo com mais de 300 laudas, muito perfeito por sinal e o Estado não pagou, por quê? Porque eles alegaram que não havia participação do Governo. Mentira, o pessoal lá da FHEMERON estava junto, assinaram junto esse laudo e não pagaram porque não quiseram. Então, nós entramos na Justiça, nós ganhamos já em 1ª Instância, o Estado recorreu e nós iremos para a 2ª Instância com relação à insalubridade. Isso já, Deputado, abre um precedente logicamente para as outras classes e outros sindicatos. Então, eu deixo aqui os meus parabéns pela sua iniciativa, parabéns para os sindicatos que junto aqui estão e nós provocamos também essa Audiência Pública hoje. Então, parabênizo aqueles que estão presentes hoje aqui, Flávio, realmente as pessoas que estão trabalhando a gente perdoa, mas, aqueles que estão lá em casa dormindo num horário desse, a gente não perdoa, eram para está aqui também para a gente trocar ideia. E acredito que a união no âmbito também de ideias e de trocar experiências entre os

sindicatos, é muito bom, é muito salutar. O SINDSAÚDE está aberto, nossa estrutura está totalmente aberta para os sindicatos, os Presidentes que quiserem se reunir para a gente discutir Plano de Carreira, discutir insalubridade, discutir outras questões que abrangem a área da saúde, nós estamos à disposição. Muito obrigado, fiquem com Deus.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente)— Obrigado Caio. Quero passar a palavra a Sra. Neucila Baratto, representante da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia.

A SRA. NEUCILA BARATTO – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar o Deputado Dr. Neidson, em nome dele, cumprimentar todos os membros da Mesa; cumprimentar também todos os nossos trabalhadores que estão aqui. Dizer para vocês que o Secretário realmente viria, mas, ele teve um contratempo, teve que ir a Ariquemes, não pode vir e o Dr. Maiorquim, foi chamado às pressas no João Paulo, desde ontem que ele está num sistema de plantão como cirurgião vascular que ele é, que ele cumpre a escala normal no João Paulo, mas, de qualquer maneira nós estamos aqui em nome do Secretário para conversar com vocês, dizer o que a gente pensa, dizer o que a gente pretende, quais as nossas iniciativas para resolver minimizar e tentar com vocês construir uma solução num problema que nós sabemos que é justo. Nós temos consciência que o nosso Plano de Cargos e Salários que é uma exigência legal, como o Raimundo falou da legislação do Sistema Único de Saúde, que diz que dentre várias situações que o Estado precisa implementar para poder receber recurso do Governo Federal, dentre eles, um deles é o Plano de Cargos e Salários; ele existe o Plano de Cargos e Salários desde 2002, a Lei 1067 instituiu o nosso Plano de Cargos e Salários, foi revisado pela Lei 1386. Não é adequado? Com certeza não. Precisa de uma revisão. E o quê que eu tenho de novidade em relação a isso, gente? O Secretário, nós, nos bastidores, como Coordenadoria de RH que somos, nós já estamos com o esboço pronto, já consolidado, com a perspectiva de uma carreira. Porque eu acho que nas entrelinhas, o que é que a gente percebe aqui, principalmente na fala da Patrícia? É a perspectiva de uma carreira, não é, Patrícia? Quem estuda, quem trabalha mais, quem se qualifica, quem que se dedica tem que ganhar mais. Não pode simplesmente, o trabalhador que entra, ele não faz curso nenhum fica 30 anos ganhando a mesma coisa que o trabalhador que se qualifica; que busca conhecimento, que realmente quer a melhoria do Sistema Único de Saúde, de uma melhoria do atendimento ao usuário. Então, nós já temos um esboço pronto, consolidado e nós estamos já pactuados com todos os Sindicatos, o único que está faltando e a gente vai entrar em contato com o Dr. Paschoalini, que é o nosso interlocutor, é pedindo a indicação de um membro para compor a equipe que vai acompanhar a discussão agora. Porque em nossa opinião, o esboço, pelo menos a gente entende dessas questões, ele fornece a perspectiva real de uma carreira, e muito boa. Então nós precisamos discutir com vocês se vocês concordam e o que é que vocês sugerem para melhorar isso. Em relação ao Plano de Cargos e Salários é isso. A gente procura consolidar toda a legislação nesse Plano, porque também se transformou num problema, não só para a gestão, de fazer qualquer ato administrativo com segurança, porque

existem dezenas de leis. Tem o Plano de Cargos e Salários do médico, aí tem a Lei 2165 que é da insalubridade, enfim são várias legislações. A 1993, instituiu um vencimento, então, melhor dizendo, para o médico. Aí tem outro que institui o plantão especial. Aí tem outro que institui o plantão especial para enfermeiro e técnico. Nossa propositura é que consolidemos um único documento, num único projeto legislativo, mandamos para cá porque facilita muito a gestão e o trabalhador também, quando ele quer ter acesso, saber os direitos e os deveres também, o que é que ele tem que ler, que documento ele tem que se reportar. Não como é hoje em dia, que você não sabe como é que é a progressão, que para nós da gestão também é muito difícil, às vezes. A gente tem que buscar a legislação e, enfim, é muito complicado.

Eu anotei várias reivindicações, principalmente da Patrícia e do Flávio e também do Caio e eu vou dizer um pouquinho das principais, como é que a gente está fazendo. Em relação ao adicional de insalubridade, gente. Bom, a gente pode também discutir a inclusão no nosso Plano de Cargos e Salários, mas enquanto isso, nesse processo, o que é que a gente tem oficial da Secretaria de Administração, agora SEGEF – Superintendência de Gestão de Pessoas. Eles nos oficiaram, mandaram ofício, estive hoje, inclusive, conversando sobre isso, que eles vão contratar uma empresa para fazer os laudos aonde falta. Por isso que eu fui até ela hoje, com a Superintendente, eu nem sabia que eu ia participar da assembleia hoje, que para mim era o Secretário, mas enfim, porque eu queria marcar uma audiência com ela, eu queria ver se não dá, se não é possível pagar a insalubridade aonde tem laudo. Por exemplo, Hospital de Base tem laudo. O último é de 2009, mas, a legislação diz que se não tem laudo atual, paga-se do que tiver, que é o de 2009, ou então no João Paulo. A única unidade que não tem laudo, gente, é Cacoal, o Hospital Regional de Cacoal. E aí o Caio tem razão quando ele fala assim: “nós apresentamos um laudo”. O Caio apresentou um laudo, o outro Sindicato, que é o SINTRAER, presidido pela Mirtes, apresentou outro e teve outro Sindicato que eu acho que foi o seu, Flávio, apresentou outro. Qual que foi o problema aqui? Há algumas incongruências, algumas divergências que a gente precisa discutir; chegar num consenso. Então, gente, é isso em relação à insalubridade. Eu vou repetir, temos dois caminhos: Um é inserir a insalubridade na nossa revisão no Plano de Cargos e Salários, a ser discutido, que isso é rápido; gente, eu acredito que no máximo em 01 mês a gente consegue finalizar essa discussão. Olha só, é para quem não recebe, gente. A revisão da legislação não depende de nós, do Secretário, porque a gente precisa trabalhar isso no Plano de Cargos e Salários, ok? Então todos entenderam em relação à insalubridade?

Em relação às condições de trabalho que a Patrícia tem toda razão, nós reconhecemos que é uma deficiência histórica o Hospital João Paulo II, ele é de 30 anos atrás, então realmente, lá que a gente deve, tem que procurar numa urgência, emergência, porque é lá que tem médico, tem enfermeiro, tem técnico, tem profissionais qualificados. Só que a hotelaria, as condições de trabalho, elas assustam. Por quê? É um projeto que era para atender uma população que era, eu acho que um terço do que está aí hoje, ou menos. Então nós estamos, o Secretário está empenhado junto com o Governador de construir um novo HEURO, com 260 leitos e que já está

num processo acelerado cobrando diariamente o Secretário, grita muito cobrando esse projeto, gente. Ele grita, ele cobra, porque ele sabe que é a única solução para os nossos servidores que estão lá na ponta que precisam, e não só para os servidores, para os usuários também. Então a gente está com essa, que é um projeto que, infelizmente, eu acho que vai ser para o último ano do Governo, mais três anos. Em relação também ao déficit de servidores, gente, olha só. Nós estamos com um concurso em andamento que é o 2014, infelizmente, nós não conseguimos aprovados para todas as áreas, mas, nós já chamamos mais de 1.000 servidores e estamos com o concurso público 2016 em andamento, também. Quando o Raimundo fala: “nós temos que acabar com as terceirizadas”; nós concordamos plenamente, o Secretário, nós da gestão. Eu sou servidora também. Com certeza, só que primeiro nós temos que oferecer atrativos que possibilitem o ingresso desses especialistas, principalmente das duas empresas da anestesiologia e neurocirurgia, que nós tentamos de todas as maneiras. Se vocês acessarem qualquer edital, pode ser concurso público ou emergencial que nós temos cinco. Eu acabei de responder um documento ontem para o Tribunal de Contas, nós tentamos por cinco vezes só o ano de 2015 preenchermos essas vagas, nós não conseguimos, vamos tentar com um Plano de Cargos e Salário melhor. É muito difícil. Esse viés da Cooperativa, principalmente para os médicos anestesiológicos e neurologistas e neurocirurgiões é no Brasil inteiro, dificilmente nós vamos conseguir. Vamos tentar, vamos continuar tentando. Então é uma situação que a gente quer e precisa melhorar. Bom, em relação também, Patrícia, quando você fala das progressões salariais. Nós tentamos e fizemos, atualizamos de todos os nossos servidores. É porque, realmente, é sobre o vencimento e a gente não percebe muita diferença, porque é dois por cento a cada dois anos. Então a gente fez todas as progressões, dois por cento a cada dois anos. Como nós fizemos, é o que diz a Lei, gente, eu não fiz a Lei. Com certeza a gente precisa se alinhar para fazer um plano melhor. Ok? Mas o que está na lei, a gente, nós temos que fazer o que está na lei, então a única solução é a revisão. Então se há um vencimento bom, é óbvio que você vai sentir. No momento a gente não sente muito, porque realmente o nosso vencimento ele está muito defasado. Em relação também a uma das reivindicações da Patrícia, da unificação das escalas de trabalho, até o Deputado Neidson esteve presente na nossa última reunião. Eu queria dizer para você que sempre é ordem do Secretário, determinação do Secretário, embora às vezes ele grite, ele pareça muito autocrático, ele não é muito pelo contrário, ele pediu que tudo fosse negociado em um processo democrático. Tudo o que nós colocamos na portaria, Patrícia, foi reivindicação, foi o que o Gerente de Enfermagem, o Chefe dos setores, os diretores, trouxeram para nós. Agora tem uma coisa, se o servidor ele trabalha no Hospital aonde o usuário, óbvio, ele tem que ter um atendimento 24 horas, eu não sei como nós vamos fazer, nós vamos ter que discutir, voltar e em um processo democrático a gente vê como é que nós vamos tratar essa questão. Nós sempre estamos abertos para o processo de participação, realmente democrático.

A SRA. PATRÍCIA DA SILVA RIBEIRO – Neucila, se você vai convocar o servidor que está trabalhando nos finais de semana

e feriados, vai colocar de forma adequada, não instituir nenhuma portaria, o cumprimento da jornada da carga horária de trabalho dele, ele precise trabalhar de segunda a sábado sem nenhum centavo de acréscimos nos vencimentos. Da mesma forma que nós já trabalhamos ininterruptamente, eu tenho certeza que os colegas que estiverem escalados para trabalharem nesses dias não vão reclamar do trabalho, eu penso que essa é uma alternativa.

A SRA. NEUCILA BARATTO – OK! Patrícia. Vamos levar essa reivindicação para a discussão na próxima reunião, que nós não fechamos ainda portaria nenhuma. Então o processo é democrático com a participação de todos os chefes e todos os gerentes da área de enfermagem das nossas unidades. Então nessa preocupação nossa, gente, que a gente reconhece que vocês são essenciais, vocês todos, não dá para trazer todo mundo para o fórum de discussões, é impossível, quem é que vai ser o representante de vocês? Os sindicatos. Nós estamos abertos, todos os sindicatos das diversas categorias, todos foram convidados. O SIMERO é representante do sindicato dos médicos, foram convidados, se não foram ainda vão ser, com certeza, o SINDERON.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - A Assembleia ainda não foi convidada, a Comissão de Saúde, é de suma importância que seja convidada também para fazer parte.

A SRA. NEUCILA BARATTO - Com certeza, Deputado Dr. Neidson, vamos convidar com certeza, já estão convidados. O SINDERON já foi convidado ontem, o SINDSAÚDE também já foi convidado, o SINTRAER já foi convidado, a SEAD e a SEPOG, porque, claro que nós queremos dar um aumento que todos merecem, mas quem vai dizer se tem recurso financeiro orçamentário, gente, embora a gente tenha a maior boa vontade do mundo é a Secretaria de Administração e a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, então a gente pode, claro, num processo de negociação também com eles, que isso é a área de vocês, a gente numa perspectiva de transposição que está chegando, enfim, eu acho que os caminhos a gente vai construindo juntos, ok. Seria isso, gente, obrigada.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Obrigado Neucila. Vamos passar a palavra agora ao Dr. Bruno Rosa Balbé, que é o Presidente da Associação dos Membros da Defensoria Pública, que está representando a Defensoria Pública.

O SR. BRUNO ROSA BALBÉ - Exmº Deputado Dr. Neidson, em nome do qual cumprimento os demais integrantes da Mesa, senhoras e senhores aqui presentes boa tarde. Deputado, a Defensoria sente-se muito honrada com o convite de participar desta audiência pública e reafirma o seu compromisso de debate de todas as questões que interessam a sociedade do Estado de Rondônia, é uma preocupação muito grande do nosso Defensor Público Geral Dr. Marcos Edson de Lima fazer com que tudo que for de interesse da sociedade possa ter a participação da Defensoria, possa ser democrático e possa contar com o auxílio que nós pudermos. Em razão disso trago os sinceros cumprimentos do nosso Defensor Público Geral

agradecendo o convite e colocamos a Defensoria sempre à disposição para qualquer tipo de debate. Hoje o que ouvi de todas as falas até agora foge um pouco da questão da Defensoria enquanto instituição, eu vou falar mais como representante, como Presidente da Associação dos Membros da Defensoria como entidade de classe porque aqui nós estamos discutindo, há um debate que pontua uma questão, afeta a todos os trabalhadores da saúde, nós estamos discutindo principalmente, segundo a fala da Patrícia, questões de melhoria salarial para uma classe, só que isso é uma coisa muito mais abrangente, nós estamos discutindo a saúde dessa classe e o reflexo que isso traz para toda a sociedade. Foi colocado aqui também que, salvo engano pelo Flávio, que a saúde não está pior hoje por causa dos trabalhadores aguerridos que nela laboram, só que se esmorecermos esses trabalhadores; lá na ponta vai sentir a diferença, as pessoas não vão ter o atendimento que mereciam, podem não ser sequer atendidas e nós estamos tratando de saúde que é um direito fundamental. Quando você fala de saúde, você trata todas as legislações a partir da nossa Carta Magna, dos tratados internacionais, a saúde é uma questão prioritária, então não há como você defender o bom atendimento ao paciente que chega e que bate às portas dos hospitais, dos centros de saúde se nós não debatermos a questão de quem está lá para atendê-lo, de quem está lá para cuidar deles, então eu ombreio com todas essas entidades de classe nessa pauta que vai muito além de uma pauta corporativa, eu acho que vai muito além de pedir o reconhecimento de uma situação que está escancarada. Então eu gostaria de deixar à disposição a Associação dos membros da Defensoria também e no que pudermos ajudar estaremos sempre à disposição para o debate, para o esclarecimento, para a cobrança de políticas públicas também, para a Interposição de Ações Cíveis Públicas, caso seja necessário. Nós podemos, Raimundo, em caso de Tutela Coletiva de Interesse, não só o Ministério Público, a Defensoria também tem legitimidade, hoje mais do que reconhecida para propor Ações Cíveis Públicas, firmarmos TAC, então nossas portas estão sempre abertas para quem desejar nos procurar lá nós podemos, e desejamos fortalecer essa luta de vocês.

Por último eu gostaria de dizer que essa vinda a Audiência Pública é muito importante Deputado, porque às vezes nossa voz não consegue se fazer ouvir por quem seria necessário e é nessa hora que o Poder Legislativo entra, nos oportuniza elevarmos o debate para outro nível e fazer o Poder Executivo vir, ouvir as categorias e tomar providências, porque a partir do momento em que há intervenção desta Casa de Leis, muitas portas se abrem e nós temos visto isso com muita precisão nos debates aqui em nível Estadual, na Câmara Federal também. Quando nós batemos as portas do Poder Legislativo, nunca tivemos uma porta fechada, muito pelo contrário, tivemos sempre o apoio e isso com certeza trará mudanças.

Então, meus parabéns pela iniciativa dos Sindicatos, as entidades de classes que buscaram; meus parabéns a Vossa Excelência que oportunizou a realização dessa Audiência Pública e espero que isso frutifique e que traga realmente melhoras para todas as categorias que laboram na saúde no Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Dr. Bruno. Alguém mais quer fazer uso da palavra? O Valdinei.

O SR. JOSÉ VALDINEI MARTINS – Boa tarde a todos. Boa tarde ao Deputado Neidson e mais uma vez agradecer essa oportunidade que nós estamos tendo aqui ao seu convite, pela primeira vez há 29 anos de serviço que eu vejo um Deputado interessado no interesse mesmo dos profissionais da saúde. E voltando a questão da aposentadoria especial, está tendo um obstáculo muito grande, eu gostaria de pedir que o Deputado Neidson junto com a Neucila, que desse uma olhada e uma explicação, uma justificativa plausível para todos os profissionais de enfermagem que tem mais de 25 anos de serviços prestados em área insalubre. Eu tenho 28 anos, estou com 29 anos de prestação de serviço todo tempo em área insalubre.

Eu entrei com o meu pedido de insalubridade no ano de 2015 e foi indeferido. Indeferido por quê? Por falta de um PPP vocês sabem o que significa PPP? Eu não sabia o que significava PPP.

O SR. CAIO MARIN – Perfil Profissional Psicográfico.

O SR. JOSÉ VALDINEI MARTINS – Isso. Fiz procuração, inclusive, com a própria Neucila, ela me encaminhou para uma pessoa, a pessoa me encaminhou para outra sala, me encaminhou para outra sala e eu estou de sala em sala até hoje não foi resolvido, todos que entram com aposentadoria especial que é de direito, a Súmula Circulante 33 do Supremo Tribunal Federal de 2014, de 14 de março, dá o direito a você ter a sua aposentadoria especial desde que sejam comprovados esses 25 anos de área insalubre e sempre trabalhei em área insalubre e até hoje não sei onde conseguir esse PPP e nem a própria Secretaria informa.

Teve alguns servidores, quando eu procurei me informar eles disseram que não tinham esses dados que eu teria que correr atrás. Agora eu pergunto aos senhores que estão aqui presentes, que já deram entrada nesse processo, se alguém já conseguiu essa Aposentadoria Especial. Eu acredito que isso aí fica na responsabilidade da Secretaria, porque pelo documento que eu recebi é a Secretaria de origem que tem que oferecer esse PPP, para fazer a complementação no processo, para dar andamento no processo e o meu processo só falta esse PPP, e o Presidente, o Deputado Neidson, como Presidente da Comissão de Saúde da Casa, eu gostaria que olhasse com carinho isso aí e apresentasse para nós, porque há interesse da minha parte não importa se vai ser descontado, se vai ser integral ou não, aí vai da opinião de cada um dos senhores, esse é o pedido e eu gostaria que registrasse isso aí, Deputado, e eu gostaria de ter uma resposta, por favor.

Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Tem mais um inscrito, José Rubival, técnico de enfermagem do Hospital João Paulo II.

O SR. JOSÉ RUBIVAL – Sr. Deputado Neidson, Presidente da Comissão de Saúde desta Casa de Leis, Srs. Representantes da Mesa, família do João Paulo que se encontra aqui e os demais órgãos, demais pessoas dos determinados órgãos que se fazem presente nesse local. Boa tarde a todos, eu quero parabenizar a todos vocês por prestigiarem esse momento, um momento aparentemente até único por que dificilmente se vê, mas é

muito importante a presença de todos vocês. Eu quero falar o seguinte: nós já tivemos várias vezes aqui nesta Casa de Leis, reivindicando os nossos direitos, inclusive, o tal de PCCR, as tais de 30 horas, é uma luta que a gente vem fazendo ao longo dos anos, e o que eu acho importante é que todas às vezes que nós chegamos aqui, está todo mundo ao nosso favor, ninguém é contra, apresenta alguém da Assembleia Legislativa: “Nós estamos com vocês para o que der e vier”. Apresenta alguém que faz parte do Governo do Estado: “pode contar conosco, nós vamos trabalhar em cima disso aí e isso aí vai ser resolvido”. E depois isso se acaba em nada, nós não conseguimos nada, está entendendo? E eu espero, Dr. Neidson, que desta vez a coisa possa funcionar, que esse PCCR possa realmente sair do papel e seja aprovado para nós. Eu quero só fazer uma pequena crítica ao companheiro que disse que essa Audiência deveria acontecer pelo menos a cada 3 meses, eu acho que é momento das nossas autoridades se conscientizarem para que não haja necessidade de acontecer nenhuma dessas Audiências, que olhe para as promessas que eles fazem em época de campanha e cumprir com as promessas que fazem, olhando para o servidor, olhando para a comunidade. Nós vemos como foi comentada a questão do João Paulo, o João Paulo hoje está inchado, não cabe mais ninguém, e não é só o João Paulo não, se você vai as UPAS, se você vai aos Postos de Saúde, em todo o canto que você vai é um monte, e não há profissional suficiente para atender todo mundo com dignidade não é? A questão, por exemplo, do atendimento, imagine os senhores, o profissional de enfermagem, vou falar de mim que sou técnico de enfermagem que ganha hoje com todas as gratificações, mil e poucos reais, na situação em que se encontra o país quando aumenta o salário mínimo, aumenta o valor da mercadoria, aumenta a arrecadação do Estado e o nosso salário continua congelado. Nós estamos há quase 3 anos sem receber aumento, eu gostaria até de parabenizar o Governador pelo primeiro mandato, mas, infelizmente pelo segundo mandato eu sou obrigado a repudiá-lo, por que no segundo mandato nós não tivemos um centavo de aumento ainda. E isto é injustiça por que o Estado de Rondônia não está no caos não, ainda tem um pouquinho de dinheiro no cofre eu tenho certeza disso. É um dos Estados que ainda está bem, é o Estado de Rondônia, precisamos que os nossos governantes, que os nossos representantes vejam a nossa situação por que não é fácil, meu irmão, você sair da sua casa, deixar o filho sem tomar café, e atender alguém que está doente lá. Imagine Dr. Neidson, se que Deus o livre for necessário um parente seu ir para lá e ser atendido por uma pessoa que deixou a família passando fome em casa, um elemento que sai da sua casa triste por que a CERON passou lá e cortou a luz por que não teve condições de pagar. Isso é coisa triste. E nós não queremos que isso continue acontecendo, precisamos que haja realmente um olhar mais cuidadoso, tanto do Governo do Estado, como da Assembleia Legislativa, como dos representantes dos Sindicatos; SINDERON, SINDSAÚDE, SINTRAER, todos devem se unir para que a coisa possa acontecer, que não fique só no papel, que não fique só na conversa, por que nós estamos cansados disso aí. E que eu gostaria de pedir ao Dr. Neidson quanto à relação da insalubridade, foi feito um projeto de lei, não foi? E você sabe que um projeto de lei é um projeto de resolução daquela lei. Então que o senhor possa fazer esse projeto de resolução derrubando essa lei de 30% em cima de quinhentos reais, isso não existe, só em Porto Velho que existe isso.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – É usurpação de competência, é do Executivo isso. Não podemos através desta Casa de Leis, só o Governo.

O SR. JOSÉ RUBIVAL – Mas, a Assembleia Legislativa pode reivindicar para ele, mande esse projeto, a Assembleia Legislativa pode fazer o encaminhamento, pedindo que ele mande esse projeto para que a Casa possa aprovar está entendendo? Então, eu quero mais uma vez agradecer a todos vocês e pedir infelizmente eu pensei que ia chegar, encontrar pelo menos uns quinze Deputados, infelizmente e graças a Deus, só está o Dr. Neidson. Mas, eu gostaria que aqui tivessem mais Deputados, para que gente pudesse fazer uma reivindicação melhor, pedir que haja um pouquinho mais de cuidado nas nossas decisões, para que não venha prejudicar não só o funcionário, como a população muitas vezes também é prejudicada em determinados atos nossos que às vezes nós praticamos. Então, Dr. Neidson parabéns pela atitude, pela atuação e use do poder de fala que o senhor tem para convencer os seus colegas para que possam estar do nosso lado e que esses projetos sejam aprovados o quanto antes melhor. Dizia a senhora Neucila, que em trinta dias dá de elaborar, eu acho meio difícil, mas oxalá que isto possa acontecer dentro de trinta dias, seja elaborado e que seja aprovado antes ainda das eleições. Meu muito obrigado, fiquem todos com Deus.

O SR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado, mais conhecido como Roubinho, não é Rubinho, José Rubival. Quero convidar o Jerrimar Montenegro, que é enfermeiro também e é membro do SINDERON, para fazer uso da palavra.

O SR. JERRIMAR MONTENEGRO – Boa tarde, em primeiro lugar a Deus por estarmos presente, em segundo lugar ao Dr. Neidson que organizou esse evento, essa discussão que na verdade era para estar o Secretário de Saúde como foi relatado anteriormente e aos colegas presentes que, nós sabemos que a grande maioria é a massa de enfermagem. E eu fiquei muito atento à questão da fala da Neucila, ontem nós tivemos uma reunião na Secretaria de Saúde e eu fiquei das onze horas até duas horas da tarde para ser atendido pelo Secretário de Saúde, porque a gente foi tentar ver a questão da discussão do Plano de Cargos e Carreira, o Secretário nos atendeu sem uma agenda, mas, independente da agenda ou não, eu ficar até sair com uma resposta positiva ou negativa. Para nossa surpresa, hoje eu estou representando o SINDERON a convite dos colegas, estou na diretoria junto com eles. E para a nossa surpresa, Neucila, mais uma vez o Plano de Cargos e Salários estavam sendo discutido apenas por um sindicato, a própria Neucila, falou ontem, Neucila, não tenho amnésia de jeito maneira que já tem um plano sendo discutido e estava com uma única entidade nesse processo. E ontem, nós pedimos para que o SINDERON juntamente com o SINTRAER fizesse parte de um processo de negociação, lembrando que no passado não tão longe, nós ficamos numa greve de vinte e oito dias e nessa greve não deu nada, não deu nada, nada, ninguém recebeu um centavo, foram 7,5% parcelado e ainda teve sindicato que perdeu o prazo para entrar com processo, não foi Hosana? Nós viemos aqui na época que era o Deputado

Hermínio, e conseguimos barrar um projeto que era 10% de aumento para o servidor, onde o Plano de Cargos e Salários era viabilizando um salário melhor para todos, não 10%, não é isso Hosana? Então, nós conseguimos incluir os três sindicatos que hoje estão preconizando aqui uma fala que tem que juntar as entidades, mas, na verdade temos que nos unir, não só entidade, entidade hoje representa Jerrimar, Flávio, Charles, Caio e companhia enfim. Então, infelizmente a entidade, não somos nós, eu fulano e beltrano, somos nós servidores, somos nós que estamos lá segurando, mais tarde, eu estou de plantão, então, eu vou fazer doze horas e depois vou ter que trabalhar como sindicalista. Tem uma pessoa que eu me orgulho muito em ver atuando na Secretaria, que infelizmente ele não está aqui, mas eu acredito que na próxima ele estaria, que é o Dr. Maiorquin, ele trabalha na Secretaria, e vai tirar plantão. Então, vamos honrar os compromissos, Neucila, se for para fazer uma discussão que seja não só com os sindicatos, chamem o servidor de cada base, vamos ver se não tem nenhum processo de negociação, se não vai ter nenhum acordo esdrúxulo por trás, que é justamente para garantir o nosso salário, um salário melhor. Ontem foi falado que o Plano de Cargos e Salário ia ser mandado para a Secretaria, vamos aguardar, foi falado também que a insalubridade já nos próximos meses, entraria na conta das pessoas que não estão recebendo, mas, próximo mês quando? Trinta dias, sessenta, quarenta, oitenta, quatro anos que já estamos amargando, tem que está amargando seis meses sem receber insalubridade. Neucila, quando é que vai pagar? Seis anos. Esse ano já foi para trás, então vai pagar só cinco anos, que um já perdeu. Então, Neucila, o prazo, nós queremos prazo, quando é que vai ser incluso a insalubridade no nosso salário, quantos dias, 15 dias? Porque nós estamos dispostos de novo a fazer uma greve, justamente para garantir não só a insalubridade. Eu fico 28 dias, na frente do Hospital, reclamando de novo. Ou até mais, para garantir o meu sustento, o sustento dos meus filhos, porque eu não estou brigando para ser melhor nem pior do que ninguém, não. Eu estou brigando pelo meu salário. Eu estou brigando pela manutenção da minha família, manutenção dos meus filhos, pagar a escola deles, pagar o leite, pagar a pensão, porque eu pago também. Então, Neucila, pelo amor de Deus, se fosse o Secretário eu falaria a mesma coisa: veja o nosso salário! Você tem força, porque o Pimentel grita, dá aqueles gritos, que grito não resolve nada e sim no processo de discussão, no processo de crescimento, no processo de amadurecimento aonde tem como sair coisas viáveis para a gente. Outra coisa também que foi solicitado pela nossa categoria, é a questão do maqueiro. Será que no próximo concurso vai ter o maqueiro? Porque a grande maioria das pessoas que trabalham na área da enfermagem são mulheres. O HB tem, mas é contrato emergencial. Então, e no João Paulo por que não tem, não pode contratar homens para fazer, para carregar os pacientes? Nós pegamos pacientes de mais de 100 quilos para colocar numa tomografia. Quando é no final do plantão nossa costa já está arrebitada. Hoje eu estou com uma hérnia de disco, já com problema da L4, L5, justamente porque eu, no meu plantão, eu não deixo as meninas colocarem pacientes em cima da maca. Eu vou e carrego junto. Quem trabalha comigo sabe disso. Então, Neucila, nós estamos na ponta. Agora, vocês que estão, hoje, na Secretaria, no ar condicionado, num

local tranquilo e maravilhoso, que não tem cheiro de podre, porque o João Paulo fede a podre e nós estamos acostumados com esse cheiro. Então, faça a minha palavra e a sua palavra, até meio como porta-voz para o Secretário de Saúde, que ele vai sair, segundo informações da mídia, ele vai ser candidato a Prefeito e vai sair dia 04 de abril do mandato dele, quem é o próximo Secretário que vai nos enrolar depois?

Muito obrigado. Boa tarde.

A SRA. NEUCILA BARATTO – Gente, deixa só eu responder. Jerrimar, você vai sair? Eu queria que você ouvisse, por favor. Jerrimar, deixa eu te falar. Talvez eu não tenha falado, eu não fui bem clara ou ficou alguma dúvida. Olha, em nenhum momento nós estamos tratando com os Sindicatos, isolados. Qual é o defeito do Secretário, que ele mesmo te falou? Todos que chegam lá podem esperar 01 hora, 02 horas, 03 horas, mas, ele atende todos. Pode ser o faxineiro, pode ser o médico, pode ser o doutor, pode ser quem for. Como um Sindicato chegou primeiro, nós já estávamos oficiando a todos, para todos indicarem representantes. Então a gente, de maneira alguma negociou com Sindicato, qualquer Sindicato, separado. Esse processo é democrático, como nós falamos desde o começo, com todos os representantes de todos os Sindicatos. Inclusive, o Deputado Dr. Neidson já está convidado também para acompanhar essa discussão. Em relação à insalubridade, Jerrimar, nós, Secretaria de Saúde, não temos o poder e não podemos passar por cima de uma lei estadual, a 2165. Nós não temos a gestão da folha, por mais que o Secretário queira e tenha boa vontade, ele reconhece, que ele não tem poder de mandar pagar. Ele não tem esse poder porque está centralizado na Secretaria de Gestão de Pessoas, no SEPOG. Eu não posso dizer, em nenhum momento também nós garantimos que vai sair insalubridade. O que é que eu falei? Falei que nós vamos falar com a Superintendente, podem me acompanhar, tranquilamente, vou marcar a reunião para a gente poder ter uma situação, quem já tem laudo se paga ou não, se paga logo. Eu acho que tem que pagar, mas vamos com ela, porque ela é que vai dar o poder final da decisão da palavra dela, ok? Obrigada.

O SR. CAIO MARIN - Só para fazer outra observação, Neucila, que o companheiro Jerrimar falou que só o SINDSAUDE foi chamado. Não, os outros Sindicatos foram oficiados sim e não há nenhum tipo de acordo esdrúxulo, como você disse. Então assim, acho que se é o momento do Sindicato se unir, vamos parar com essas acusações infundadas. Vamos trabalhar, olhando olho no olho. Vamos trabalhar mesmo, juntos, acho que é o momento. Jerrimar, você é um cara muito inteligente, porém tem que... Eu sempre conversei contigo, vamos trabalhar para o lado bom. Vamos trabalhar para o lado bom. Está bom? Obrigada.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Nós temos mais 3 pessoas inscritas, vamos passar a palavra para ele, depois a gente vai encerrar a reunião, mas vamos montar aqui uma comissão. É uma comissão...

O SR. EDINALDO FERREIRA DA SILVA - Só uma interrupção aqui. Só um minuto

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Diga.

O SR. EDINALDO FERREIRA DA SILVA - O Plano de Carreiras ele só pode ser encaminhado para a Assembleia Legislativa com a anuência dos três Sindicatos. E aquele acordo que foi feito no Tribunal de Justiça, é o SINTAER, o SINDSAÚDE e o SINDERON. E eu sugiro aqui que dois ou três representantes da base do Hospital de Base, do João Paulo II faça parte dessa comissão junto. Porque o servidor já está cansado de tanta promessa. Certo? Está aqui lá na causa do Claudenilson, lá no COHAB. O senhor Confúcio Moura no dia 25 de outubro assinou um termo de ajuste com toda a categoria e estava lá todo mundo do HB, Jerrimar, estava eu lá. E ele assinou esse termo se comprometendo em aprovar o Plano de Carreira. Está aqui a assinatura dele. E depois no dia 18 de abril 2011, Neucila, você fez parte da Comissão junto com o SIDERON, SINDSAÚDE, SINTRAER, no dia 18 de abril de 2011, está aqui o documento para provar. E outra, Deputado, nós temos a deliberação orçamentária e financeira, aprovado no Diário Oficial do dia 02/08/2012, para descentralizar a questão da Saúde, ou seja, o João Paulo tem orçamento próprio, o HB também, e nós já estamos cansados de tantas promessas aqui. Nós queremos uma coisa séria. E documento não mente, está aqui escrito no Diário Oficial.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Na verdade o Plano de Cargos e Carreiras veio aqui para a Assembleia em 2014. E o Governo pediu para retirar em 15 de abril de 2014, também.

O SR. EDINALDO FERREIRA DA SILVA - Exatamente, porque tinha um documento que eu vim aqui na Casa mostrar para os demais que não poderia ser aprovado. Que era um plano “fanta”.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Vou passar a palavra agora para Célia Campos do Hospital de Base, e depois João da Moto do Hospital de Base, e logo também Adalgisa Mota que já podem ficar aqui dentro do Plenário para esperar, aguardando a fala.

A SRA. CÉLIA CAMPOS – Olá, boa tarde. Uma boa tarde à Mesa em nome do Deputado Doutor Neidson; cumprimentar os demais integrantes da Mesa, cumprimentar os nossos colegas que vieram hoje a essa Audiência. Gostaria que isso aqui estivesse lotado que não estivesse lugar para as pessoas sentarem, estivessem em pé, porque a Saúde reclama, reclama, quando chamamos não vem. Então eu estou muito feliz hoje com esse debate, é uma coisa que a saúde vem lutando muito tempo, nós temos um salário para lá de defasado, e isso aqui é maravilhoso, esse debate. E espero, sinceramente, Deputado Neidson, que isso não fique só nesse debate, que siga a frente, que se forme essa Comissão, que se chegue a um resultado positivo. Quero agradecer as meninas do COREN e ao senhor por essa iniciativa, a Patrícia e a minha amiga Hosana, eu sempre confundo ela com a Rosana, a outra, para a minha amiga Hosana pela iniciativa de proporcionar isso para a saúde. Nós, eu quando entrei no Governo em 1984, eu ganhava dez salários mínimos, hoje eu ganho um salário e meio. Quando eu entrei no Governo do Estado eu estava cursando o meu 1º grau, que é o Fundamental hoje. E, hoje eu já tenho formação superior e

continuo na mesma posição. Então eu acho uma falta de respeito com o servidor da Saúde que tanto sofre nos hospitais. Eu costumo dizer por onde eu ando, que eu tiro o meu chapéu para toda a equipe que trabalha no João Paulo II, não é porque hoje está em maioria aqui, mas, tiro o chapéu para as pessoas que trabalham no João Paulo II, porque eu já trabalhei lá e sei o que eles passam lá dentro. Não sou da Enfermagem, sou da área administrativa, mas, a Saúde, ela é composta de todas as áreas, área médica, enfermeiro, técnico, auxiliar, e a área administrativa que é à base da Saúde. Então é, eu fico muito feliz com isso. Eu quero dizer também que uma coisa que não foi falada aqui, é o nosso adicional noturno que é uma vergonha. Por onde eu andei nesse Estado, que eu estive três vezes no interior do Estado esse ano, porque eu fui candidata às eleições do SINDSAÚDE. Sim, estamos ainda candidata. E o adicional noturno do servidor público da Saúde é uma vergonha, gente. Tem servidor no interior que ganha centavos à hora do adicional noturno. E isso é uma vergonha. Vai de R\$ 0,25 a R\$ 1,00, R\$ 1,40, mais ou menos, o máximo à hora trabalhada, isso é absurdo porque o adicional se conta das 22:00 até às 05:00 horas da manhã, então é irrisório o adicional noturno. Eu gostaria de colocar também essa questão do adicional noturno, Neucila, porque é absurdo o que está acontecendo com o adicional noturno além da insalubridade. Com relação à insalubridade, eu estou dentro de um hospital, trabalho no hospital, eu entro em todas as clínicas, eu tenho direito a insalubridade, eu estou a 12 anos dentro do Hospital de Base e eu nunca recebi insalubridade. E no interior, por mais que o Caio fala, que ele conseguiu a insalubridade, os servidores estaduais estão abandonados no interior, quem pediu para ir para o interior e que é do Estado estão sendo movimentados para tudo quanto é lado, não ganham insalubridade, quem ganha insalubridade são os servidores do município. E outra coisa que eu quero falar, eu espero que isso realmente vá para frente porque nós estamos aguardando o PCCS há quase dez anos, então o que vem motivar o servidor é o PCCS, é o que nós mais queremos agora e o que a gente está esperando há muito tempo. Outra coisa, com relação à insalubridade, eu gostaria de pedir para V.Exª Deputado Dr. Neidson que de posse do laudo da insalubridade que trabalhe para que a insalubridade vire lei, que não seja mais necessário ficar esperando, porque o laudo vence, parece que em dois anos e cada vez que ele vence, as pessoas ficam anos sem insalubridade. Então que a gente trabalhe para que isso vire lei e que não seja mais necessário esse laudo. Porque o setor insalubre, ele não se desloca, ele é insalubre, quem se movimenta são as pessoas, são os servidores, então é possível tornar lei. Me coloco, inclusive, à disposição para ajudar a fazer o projeto, para brigar para que o laudo de insalubridade se torne lei, para que a gente não tenha que lutar tanto e passar tanta necessidade por causa da insalubridade. Porque hoje o nosso salário, há 3, 4 anos, você ia comprar o pão no final da tarde, se comprava com dois reais, três reais, hoje com dez reais, você não compra pão para a família, então tudo aumentou e o nosso salário continua miserável, hoje para você fazer o rancho você gasta mil reais numa família de 4, 5 pessoas, para quem ganha um salário, um salário e meio, então a situação do servidor da saúde está bem difícil. E outra coisa que eu gostaria de falar é sobre o nosso auxílio-alimentação, todos os Poderes

recebem auxílio-alimentação, as autarquias recebem auxílio-alimentação, então a saúde também tem direito a receber auxílio-alimentação, é uma forma de complementar o nosso salário. Hoje está todo mundo se matando, fazendo hora extra para melhorar o salário, tendo vários contratos, dois, três contratos, tem colega da enfermagem que tem vários contratos para poder manter a sua família. Então com tudo isso, eu fico muito feliz com este encontro. Esqueci de falar outra coisa que eu gostaria de dizer é que você falou do concurso público, Neucila, eu também fico muito feliz porque eu fiquei muito tocada com os nossos colegas de Cacoal, que estão trabalhando em Cacoal e colocaram as pessoas para trabalhar naquele hospital, o HEURO e o Daniel Comboni, sem a mínima estrutura, então os colegas estão passando uma necessidade lá bem difícil. Então é isso e eu espero realmente que isso aqui vá à frente e que tenha um resultado positivo e que venha satisfazer toda a nossa categoria. Muito obrigada.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Muito obrigado Dona Célia. Passo a palavra ao João da Moto e depois Adalgisa Mota.

O SR. JOÃO DA MOTO - Boa tarde a todos que compõem a Mesa em nome do Deputado Dr. Neidson, e a todos os presentes em nome da nossa camarada Hosana. A minha vinda aqui é para agradecer essa audiência pública e dizer que nós estamos aí, Deputado, há três anos e seis meses cumprindo 40 horas na área de radiologia e a Lei Federal de 1986 fala que é 24 horas, a Lei 68 diz, no seu artigo 55, 40 horas semanais, exceto aquela categoria ou função que não tenha a lei própria, nós temos a lei própria. Agora, o que indigna a gente, como é que o pessoal que fez concurso um dia desses, há seis meses estão com 24 horas e nós que temos 30 anos dentro do setor de radiologia, estamos fazendo 40 horas. Outra situação, o que deixa mais revoltante dentro da área da saúde, é que a gente todo momento, está passando por assédio moral dentro daquele Hospital de Base. O que deixa a gente revoltado, Deputado, a cada momento a gente está passando por assédio moral dentro do Hospital de Base e se a gente quiser ter com que pagar as suas contas no final do mês, tem que se sujeitar a fazer plantão extra ou então o famoso plantão extra. Contrata-se empresa para fazer cirurgia, contrata-se aquilo outro, mas o técnico de radiologia tem que está lá pegando raio toda hora, todo dia e no final do mês o seu salário é mil duzentos, mil e quatrocentos, mil e quinhentos; ainda assim fala em contrato de exclusividade, o cara não pode ter outro emprego. Sabemos que a Constituição dá amplo poder para gente ter dois vínculos; a educação e a saúde. Quero que essa comissão acompanhe essa questão do Projeto de Lei que regulamente a Lei Estadual das 24 horas, pois já estamos aí na luta, estivemos atrás do Governador, estivemos lá com o Dr. Helder, com a Dra. Helena da SEGEPE e esse processo, teve uma reunião com todos os membros da MENP e foi para a SESAU para um parecer e esse parecer, a Dona Neucila é testemunha disso aí, já está há três meses, isso aí está atrasando o andamento do processo, porque a Dona Helena já cobrou, o Dr. Helder já cobrou, até o próprio Vice-Governador já cobrou, que isso chegue lá, mas, não sei porque isso não avança. E quando ela se trata, os sindicatos estão trabalhando em conjunto, eu discordo; porque nós e o Conselho estivemos a frente desse projeto várias vezes, ela é

conhecedora disso e quando eu estive lá semana passada, ela disse que vai cair na mão do sindicato, do sindicato para levar para a base. Não é preciso isso, se a categoria já sabe que precisa e eles estão conscientes que só precisaria dar um parecer, porque que agora vai ter essa situação toda para atrasar o nosso processo? Fica minha revolta aí com relação a isso, quero essa comissão, por favor, fique atenta e que faça com que avance esse projeto. Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado João. A última Oradora agora, Adalgisa Mota.

A SRA. ADALGISA MOTA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar toda à Mesa, em nome do Dr. Neidson, é com muito prazer e quero até agradecer por ter ficado com a última fala por parte dos demais manifestantes. Porque Dr. Neidson, o que está me parecendo é que essa Audiência, ela se tornou um desabafo, é o que eu vi aqui, é um desabafo. Eu vou procurar transmitir para o senhor, que é como na propaganda da televisão diz bem claro: Assembleia Legislativa, a Casa do Povo. Mas, poucos, até mesmo para a gente entrar aqui, precisa se identificar, fotografar, e a televisão é bem clara: A Casa do Povo. E o senhor está dando essa oportunidade para a gente ter esse acesso, liberdade, microfone, gritar, falar, bater palma e eu quero agradecer aqui essa sua participação nesse processo, desse repúdio que está o servidor da Saúde. Quero aqui pedir desculpas aos colegas da qual eu não me apresentei, que muitos da saúde não me conhecem, eu sou Adalgisa, sou Agente Administrativa, a minha vida entrou na saúde, começou a fazer parte, Dr. Neidson, quando se criou no Governo Bianco, a fiscalização. Essa fiscalização, ela foi criada por quê? Aumentou-se o salário do médico e o Dr. Bianco e o senhor José Batista numa reunião na Secretaria onde eu estava presente, ele disse: “vamos dar um aumento, mas vamos fiscalizar”. E eu fui convidada a participar dessa fiscalização, com muito orgulho, querendo fazer um trabalho sério, como todo cidadão trabalhador que a gente é da Saúde. O quê que aconteceu? Não deu em nada. Os médicos se juntaram e disseram: “pode parar”. E eu fui chamada para receber o quê? Olha, fui iniciada com o Coronel Machado, na época, nossa, todo respaldo, todo mundo, um trabalho sério. Pare, os médicos vão parar. E eu digo e agora, para não ficar feio, até hoje eu não esqueço essa palavra: “fiscaliza do enfermeiro para baixo”. Nossa! Aquilo eu achei ridículo. E eu já vi que a classe da enfermagem, quando eu comecei a participar dela, virou saco de pancada. Porque analisando as outras Secretarias, que a minha origem mesmo é SEDUC, só contribui para o SINTERO. Eu estou vendo, eu vou transmitir para os da Mesa o que os colegas me pediram, é a categoria que mais contribui, se contribui para o Sindicato, se contribui com o COREN, para ele se formar, pegar um curso técnico, um curso superior, não tem quem leva na casa dele um real, mas, para exercer a profissão ele precisa contribuir com o COREN. O certificado dele só é validado mediante o COREN, é isso que eu escuto. E o aquele certificado que ele estudou; que ele recebeu na faculdade?

Então eu já vi que é uma categoria que só serve para pancada; se falou aqui na aposentadoria especial teve servidor que contribuiu com oitocentos reais, por que os sindicatos apareceram com uma aposentadoria especial para a Saúde,

contribuíram cada um com 4 parcelas de cinquenta reais, teve servidor que estava filiado nos dois sindicatos, foi descontado nos dois sindicatos. E fica mais aqui o que os colegas lá estão reclamando, que não pode vir todo mundo, as principais pessoas, Neucila, eu quero até parabenizar pela sua coragem e pela sua presença. Por que as pessoas que principalmente eram para estar aqui, até mesmo a respeito ao seu convite, não estão. Agora se fala na força do servidor da Saúde, a maioria, o senhor pode sair atrás tem uns deitados em casa, tem. Mas, a maioria esta no trabalho ou ele está fazendo plantão extra ou ele está numa clínica fazendo bico. É assim que funciona a vida do servidor da Saúde. A gente vê colegas chorando no plantão: “o que foi? Sai nem vi a hora que o meu filho chegou, não sei nem se ele chegou, o celular dele não atende”. Sabe por quê? Ele está a 36 horas dentro do Hospital, por que se ele ficasse só nos 12 dele não dá. Se falou aqui na questão da alimentação, um médico disse: “o cidadão para ter uma qualidade de vida, ele tem comer, qualquer coisa, ao menos uma fruta a cada 3 horas”. O plantonista, ele tem uma refeição durante 12 horas. Parabéns são guerreiros vocês, parabéns. Quando eu entrei no Hospital, eu não tinha hábito de andar com a sacolinha do lanche, hoje eu tenho, por que se a gente for ficar comprando lanche lá fora, o salário já está defasado. O pessoal da Saúde é um guerreiro passa 12 horas. Se ele tira a noite, ele tem a janta, se ele tira de dia ele tem o almoço. Agora como a medicina explica isso eu não sei, que para uns tem que ser a cada 3 horas, trabalhando de plantão tem que ser uma refeição, que o ticket da alimentação o Governo não resolve. Outra coisa que eu quero falar aqui é a questão, quero pedir em nome de vários colegas, Deputado, dos municípios onde eu estive visitando, não sei por onde o meio que o senhor vai encontrar de ajuda essas pessoas que estão no município, em função de hoje o desemprego está aí na porta de todo mundo, tem funcionários fazendo 14, 15 plantões nos municípios. E você vai perguntar para ele: “por que você não grita? Por que tu não procura? Calma, a irmã do Prefeito está ali”. Encontramos Hospital que tem câmera, não tem dinheiro para dá aumento, mas tem câmera em cima da mesa do refeitório por incrível que pareça. Aí as pessoas não gritam, aí eu digo: “mas, gente procura. Mas, a cidade é pequena, vão descobrir”. Então eu lhe garanto se o senhor colocar uma comissão, alguém pegar de surpresa, existe duas escalas, uma que está lá pendurada e uma que ele está na bolsa, Como o senhor vai tentar ajudar essas pessoas eu não sei, por que o que eu puder fazer, estou fazendo agora, denunciando para o senhor. O senhor cria uma comissão, mande investigar que o senhor vai ser que tem uma escala na parede, peça do servidor para revistar a bolsa dele, ele vai se aperreiar, sabe por quê? Por que tem uma escala lá escondida para ele não se esquecer, 14 plantões. Agora representante da categoria para contribuir no contracheque tem muito, tem muito. Então muito obrigada. Quero que Deus lhe ilumine, o senhor nessa caminhada, ajude essas pessoas no município, pode ser que daqui para frente a gente tenha. Quanto a questão do senhor ser médico, não vou nem dizer que talvez a coisa vá, mas o senhor participou de perto da saúde do João Paulo II, as outras unidades estão precisando, mas, aquela turma do João Paulo, tudo ali deveria receber placa, todo mundo. Então fica aqui, muito obrigada pela turma que compareceu a esse convite, fica aqui o meu apelo aos representantes, aqueles que recebem as contas no final do mês e olha, o servidor, Sr. Paulo, Antônio Pereira contribui com tanto, eu tenho que olha para ele, por

que se ele for pegar o contracheque, eu acho que muitos colegas tem, desconto tal e tal, contribuição de saúde cinquenta reais. Se o senhor somar os descontos para os representantes, dá muito mais do que ele recebe. O meu muito obrigado e gritem, procurem os direitos de vocês.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Dona Adalgisa. Só quebrando o protocolo, vou abrir a palavra ao Senhor Paulo José Siqueira, que é o Gerente de Enfermagem do Hospital João Paulo II e depois nós encerramos, vamos formar essa Comissão, vamos colocar não só do João Paulo e do Base, se tiver algum representante aí do Cosme e Damião, do CEMETRON também, Osvaldo Cruz, nós podemos incluir pelo menos uma pessoa em cada uma delas, uma ou duas.

O SR. EDINALDO FERREIRA DA SILVA – Duas pessoas, está bom.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Acho que uma está bom, porque fica uma de cada Sindicato, dos Conselhos e uma de cada hospital.

O SR. EDINALDO FERREIRA DA SILVA – Está bom.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Paulo.

O SR. PAULO JOSÉ SIQUEIRA – Boa tarde Dr. Neidson, em nome do qual cumprimento toda Mesa; boa tarde a todos os colegas que estão presentes. Eu pedi para me inscrever, inclusive quebrando o protocolo, tendo em vista que nós percebemos que a Audiência Pública realmente se transformou em um grande desabafo e muitas vezes quando nós nos colocamos nessa condição de desabafo, de emoção, a gente perde um pouquinho a razão e a principal razão da Audiência Pública está desvirtuando. O que nós queremos é voltar ao foco, é definir os encaminhamentos, o que nós vamos fazer de prático para chegar aos objetivos. E qual é o nosso principal objetivo aqui como servidor público? É quanto vai entrar mais no meu bolso, é isso que todo mundo quer saber. Então, nós viemos com uma proposta dentre várias que é a principal: gratificação da rede de urgência e emergência. E nós queremos saber se vai ou não vai ser encaminhada essa pauta, é isso que realmente é o ponto principal. Todas as outras pautas são importantes, mas, já são pautas de negociações que estão em andamento e que vão ficar em andamento durante muito tempo, não vai ser resolver agora. Nós queremos saber o que vai ser resolvido agora, que pode ser encaminhado. Porque as informações que a gente tem, é que isso já havia, inclusive, uma proposta do Executivo que estava sendo trabalhada nesse sentido e que poderia a qualquer momento vir para o Legislativo. Quando é que vai vir para o Legislativo? Vão formar a Comissão? Quando vai ser a primeira reunião da Comissão? E quando é que vai ter uma nova Audiência Pública para trazer as respostas? Pessoal, é importante que já deixemos marcada uma próxima Audiência, que seria Audiência das respostas, senão nós não vamos ter encaminhamentos. Obrigado, só isso mesmo.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Paulo. Então, para encerrar, nós vamos e com relação à próxima Audiência, nós temos que ver também a agenda da Assembleia que está lotada de Audiências Públicas, amanhã temos mais uma aqui

que eu sou o proponente também, mas, nós veremos essa situação. Eu quero que possam nos falar aí o nome do Conselho, é um Forum.

O SR. RAIMUNDO NONATO – Eu estou aqui dividindo com a Neucila porque a Mesa não funciona. Eu faço parte da Mesa, faz é tempo que não se reúne. Então, não adianta você botar mesa, se ela não se reúne. Dr. Neidson, pode ter a comissão, tira os sindicatos, o conselho pode participar. Mas, eu insisto que tem que ter um Forum dos Profissionais envolvendo os Conselhos e profissionais, porque foi assim que conseguiu esse PCCS vir para cá Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Então vamos colocar esse Forum.

O SR. RAIMUNDO NONATO – O Governador retirou, mas foi dessa forma o Forum debatendo, discutindo, com os servidores mobilizados, foi que esse plano veio para cá. Pena que quando o Governador tirou ninguém se mobilizou para ele manter, botar de volta para ser aprovado naquela época. Então, assim, eu defendo que pode ter a comissão porque os sindicatos, os dois que estão aqui, que na verdade aqui só tem dois sindicatos presentes, pode o SINTRAER depois entrar, o Conselho vai indicar nome para poder acompanhar, porque essa é uma pauta sindical, é bom que isso fique bem claro, que a gente pode apoiar esse encaminhamento, a gente pode ajudar e pode contribuir; mas essa é uma pauta sindical, entendeu pessoal, que trata de negociação entre Governo e sindicato. O que o Conselho Estadual de Saúde pode contribuir, é participar, é ajudar nos encaminhamentos que tem que ser dado, se depender de nós reunirmos o plenário para aprovar alguma minuta como a gente fez da outra vez, nós fazemos isso. Agora, é uma pauta sindical e nós entramos como colaborador, como apoiador nesse processo. Mas, eu insisto ainda que tem que ter o Forum dos Profissionais envolvendo os Sindicatos e o Conselho de Classe, para poder fortalecer a luta dos trabalhadores e manter a união, porque senão manter a unidade, também não vai chegar a lugar nenhum.

A SRA. NEUCILA BARATTO – Gente, a minha proposta é a seguinte, se vocês acatarem. O Forum, ele pode discutir em paralelo para a gente não demorar muito, senão vamos perder o bonde da história. Porque que eu digo isso? Porque se todos nós temos uma proposta que é um prazo, eu acho que tem que ser um prazo de um mês e meio, dois, no máximo, o Forum pode discutir em paralelo e traz para o sindicato, seria uma discussão que não vai ser perdida porque vocês apresentam todas as propostas para os sindicatos que vão trazer para a Mesa, que são os representantes de vocês. Por quê? Porque a consolidação ela está pronta, o esboço está pronto, nós vamos apresentar para todos vocês, todos os sindicatos que vão ser convidados para 1ª reunião, eu acredito que a gente já poderia até marcar a 1ª reunião semana que vem e o Forum corre em paralelo. Se vocês concordam com essa proposta, eu acho que a gente pode colocar em votação porque pela viabilidade do tempo, entendeu? Não tem votação o Deputado está falando. Mas, olha, pensem nessa proposta que eu acredito que ela é viável, porque não elimina a participação dos fóruns das categorias profissionais, mas, trazer para discussão, Raimundo, vai, eu acho que vai delongar muito e ela pode acontecer em paralelo. As reuniões vão ser com os

Sindicatos que vão trazer todas as discussões dos fóruns. Se tem divergência, eu não sei, mas assim, é uma proposta para vocês pensarem.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Eu gostaria de solicitar também à Neucila, a cópia dessa minuta desse projeto do PCCR. Ninguém teve acesso ainda, e nós queremos também estudar.

O SR. RAIMUNDO NONATO – Está consolidada.

A SRA. NEUCILA BARATTO – Vai ser apresentada na primeira reunião.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Vai ser apresentada na primeira reunião? Então vamos marcar logo essa primeira reunião, agora. Mas nós precisamos... Dia 11? Terça nós temos Sessão. Terça de manhã tem Comissão. Segunda...

O SR. CAIO MARIN – Neucila, quantos dias para a primeira reunião?

A SRA. NEUCILA BARATTO – Quarta feira, se for.

O SR. CAIO MARIN – Quarta-feira que vem?

O SR. RAIMUNDO NONATO – Uma pergunta. O problema é o auditório? O auditório do Conselho está à disposição. Pronto. Se o problema é o auditório, tem o Conselho para...

O SR. CAIO MARIN – O Conselho Estadual de Saúde, pode ser.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Quarta-feira? Nós temos Sessões aqui pela manhã. À tarde temos reunião da Comissão às 16 horas, também. Quinta-feira pela manhã, então, fica marcada.

A SRA. NEUCILA BARATTO – No auditório da SESAU é melhor, eu acho.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – No auditório da SESAU.

O SR. RAIMUNDO NONATO – Pessoal, o Secretário vai a qualquer lugar que a gente. Ele vai ao Conselho, ele vai no auditório da SESAU, aonde a gente chamar ele vai.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – O local vai ser onde?

A SRA. NEUCILA BARATTO – Eu prefiro no auditório da SESAU, porque está todo estruturado. No Conselho, o som não é...

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – No auditório da SESAU, 4º andar, horário. Eu tenho uma proposta, eu tenho um projeto. Então, quinta a que horas? Às 08 horas, 09 horas. Dia 17/03, às 09 horas, no auditório da SESAU, no 4º andar, no CPA. A comissão vai ser formada por? O Forum: Conselho Estadual de Saúde, SINDERON, SIMERO, SINDSAÚDE, SINTRAER, SEGEPE e SEPOG. No Forum pode participar o Conselho também, o de Radiologia. Sindicato de Radiologia. Conselho dos Profissionais... O COREN.

A SRA. PATRÍCIA DA SILVA RIBEIRO - Deputado, eles estão solicitando que todos os Conselhos sejam convidados.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Conselhos de Classe.

A SRA. PATRÍCIA DA SILVA RIBEIRO - Conselhos de Classe. Todos os Conselhos de Classe.

O SR. RAIMUNDO NONATO - Pessoal, essa Comissão que está sendo colocada aqui agora, é para discutir a questão da gratificação de urgência e emergência. É bom que isso fique bem claro para não misturar as coisas. O que nós estamos propondo, nós queremos debater o PCCS/SUS, entendeu? Que vem uma Comissão maior que inclui o Fórum, eu falei, o Fórum dos Conselhos de Profissionais, dos Sindicatos para poder fortalecer essa discussão, entendeu? São duas coisas diferentes. Para o pessoal não criar confusão. Uma coisa é o projeto da gratificação de urgência e emergência, isso é uma coisa. Porque não incorpora no vencimento, quando você se aposenta cai tudinho, é o famoso 'pendura e cai', entendeu? E outra coisa é o piso salarial que é a reformulação do PCCR/SUS que é outra discussão, entendeu? Para que isso fique claro para vocês, para não entender e depois estão cobrando de nós o PCCR e a gente não tem, não é, Deputado?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Mas a reunião vai ser também para apresentar a minuta do PCCR. E também a Defensoria Pública, não é? E de lá a gente já marca outra reunião.

Então, pessoal, ficou uma reunião para o dia 17.03, às 9 horas lá no auditório da SESA, e depois lá nós vamos marcar outras reuniões também, para que possamos discutir e revisar esse PCCR e essa gratificação também, e mais as outras reivindicações que nós temos. Vocês vão ter que indicar uma pessoa por cada Unidade de Saúde. Nós temos aí, o Hospital João Paulo, o CEMETRON. Se tiverem os nomes já. Por favor, me passem os nomes dos representantes. Pode falar, pode fazer uso da palavra, também.

O SR. RÉGIS ANDRÉ GEORG - Só fazer uso da palavra um momentinho, desculpe atrasar mais um pouco essa Sessão aqui, muito obrigado, Doutor por nos receber aqui; Neucila; todos da Mesa. Eu só queria deixar claro que para não desvirtualizarmos, sairmos da base, do que promoveu todo esse discurso. Desde o começo tanto por parte dos trabalhadores do João Paulo, que se movimentaram e pediram a reunião com a Secretaria de Saúde, foi prontamente atendida. Depois junto ao Deputado Doutor Neidson, também fomos prontamente atendidos, e deixar bem claro que o que nós buscamos são condições salariais melhores, seja através de gratificação, seja através de PCCS, seja através de insalubridade e outros. Eu só não quero que isso venha a ser um debate sindical igual está acontecendo. Pois em nenhum momento nós tivemos o apoio do Sindicato, e isso daí tem que ficar claro a partir de agora. O Sindicato, eu estou dizendo como enfermeiro, tanto o Flávio quanto o Jerrimar na atual administração eu os procurei e eles se mostraram solícitos, nos atenderam. A Neucila e o Secretário, sempre que a gente precisou nos atenderam, e o Deputado também. Então eu acho que é hora de todos nos unirmos e lutarmos pelas áreas da Saúde afim, por isso também a presença do SINDSAÚDE e de outros Sindicatos. Agora uma coisa que tem que ficar clara é o seguinte: se não houver um consenso

de todo os Sindicatos e todas as áreas, a Enfermagem não vai esperar pelos outros, a Enfermagem vai atrás dos direitos dela, e por isso contamos com o nosso Sindicato. Era isso. Obrigado.

O SR. DOUTOR NEIDSON (Presidente) – Obrigado. Agora vamos nomear as pessoas aí, representantes dos hospitais, das Unidades de Saúde. Por favor, nome completo que vai constar em Ata. Eu pediria que mandasse por escrito enquanto nós vamos fazendo as considerações finais. Vamos deixar aberta a palavra para quem queira fazer uso da palavra.

A SRA. PATRÍCIA DA SILVA RIBEIRO - Bem, gente, só para encerrar eu queria agradecer em massa a presença, como disse senhor Rubico, da família JP que está aqui, que compareceu, atendeu o nosso apelo, e enfim, vocês estão presentes, muito obrigado. E eu queria colocar aqui que a fala da Neucila, ela ratifica tudo aquilo que a gente colocou. Então quando ela diz que já tem um PCCR, ou pelo menos o esboço de um PCCR pronto, e isso dá a crer mais uma vez que era uma pretensão do Estado que a gente recebesse isso de cima para baixo. De repente esse momento suscitou a possibilidade de discussão, que eu acho extremamente válido, mais válido ainda essa iniciativa de nós termos representantes de todas as categorias profissionais, para evitar que aconteça o que aconteceu anteriormente, onde os nossos ganhos, as nossas vantagens ficaram só nos sonhos e nas promessas. As negociações que eram feitas e que foram feitas anteriormente a semelhança dos 7.5% que nós recebemos de reajuste fracionados, seja o ponto final de um movimento que vinha com certa força, e que tinha certo propósito. A Neucila disse e eu estou tentando recordar que era uma questão de 30 dias no máximo para resolver, eu não sei se era a questão do adicional noturno ou se era a questão da insalubridade, e aí fica a angústia porque que em 30 dias a gente consegue resolver essa pauta e a gente vem delongando ela por anos, e anos, e anos, sem nenhuma resolutividade. O HEURO foi colocado aqui que vai ter uma capacidade de 260 leitos, a semelhança do nosso último PCCR esse vai ser mais um engodo, porque João Paulo hoje já atende uma demanda maior do que 260 leitos, hoje se nós somarmos o PS I e o PS II ou a Ala I e o PS II, nós já temos só nesses dois setores mais do que 260 pacientes internados, então não se enganem, colegas, e guardem essa fala, o HEURO não vai, não vai resolver os problemas de saúde do Estado e nós, talvez, tenhamos por algum tempo uma ambiência melhor do que o que nós temos hoje no João Paulo, onde nós temos muitas vezes esgoto a céu aberto dentro de uma unidade hospitalar. Enfim, eu acho que com relação aos contratos dos terceirizados pelo menos até que consiga ser resolvida essa situação poderia ser pensado de repente em uma situação de produtividade onde nós não precisássemos ter em alguns momentos, determinados profissionais 24 horas num plantão para fazer meia dúzia de procedimentos, é uma alternativa, é algo a se pensar. E a unificação das escalas de serviço, Neucila, quando eu toquei nesse ponto, eu acho louvável a iniciativa do Estado em fazer essa regulamentação, mas, a proposta que nos foi apresentada já nasceu preconceituosa sim, à medida que ela conferia a algumas categorias profissionais a possibilidade de fazer 24 horas de plantão. Não estou dizendo que 24 horas é a melhor alternativa, por exemplo, para a enfermagem, mas, se é uma medida que se pretende regulamentar que ela seja válida para

todos, da mesma forma os plantões de 6 horas. Por que alguns profissionais cumprem 40 horas semanais, como eu disse anteriormente, cumprindo uma jornada de segunda a sexta, respeitados sábados, domingos e feriados, e outros para cumprir a mesma jornada vão ter que trabalhar de segunda a sábado, sem direito a usufruir os finais de semanas e feriados? Esse é o questionamento. Como eu disse inicialmente, se isso for válido para todos, eu não vou reclamar, mas, que seja válido para todos e não para alguns. Isso também, Senhores, aí eu vou ter que publicizar uma fala que eu ouvi na última reunião que nós estávamos discutindo, existe uma única diferença para justificar essa situação excepcional das 24 horas de plantão, porque o Estado não dispõe de determinadas especialidades médicas e os colegas comparecem aqui, por exemplo, uma vez na semana para fazer os plantões, isso me foi justificado como sendo uma necessidade para a população. Ora, se eu tenho um único profissional para fazer determinada atividade o melhor para a população seria que esse profissional permanecesse aqui de segunda a sábado cumprindo o expediente normal. E aí, Neucila, voltando à situação dos plantões de 06 horas fica uma sugestão, caso seja uma questão de carga horária, como foi dito inicialmente, eu sugiro que os colegas que trabalham no expediente administrativo e que em tese conseguem cumprir a jornada, trabalhando de segunda a sexta, com respeito aos finais de semana e feriados, que eles vão para as unidades hospitalares dá um plantão, por exemplo, ou dá 24 horas de plantão, 06 horas, 12 horas que seja, para complementar a sua jornada na situação em que eles trabalharem, nas atividades que eles quiserem. Fica aí a sugestão para resolver ou melhorar essa discrepância. O nosso colega aqui da Defensoria, a gente agradece muito a iniciativa e aí com relação às situações principalmente que o COREN enfrenta muitas vezes de implementação do quantitativo de profissionais nas unidades, nos serviços nós temos uma série de dificuldades nesse sentido e a gente vai estar procurando vocês mais vezes. Com relação ao SINDERON, ao SINDSAÚDE, ao SINTRAER, eu gostaria de deixar para vocês mais uma vez que o COREN/RO, a Dra. Ana Paula não está presente, está num treinamento em São Paulo, mas que o COREN/RO esteve, está e estará sempre de portas abertas para somar, somar sempre que os assuntos forem de interesse da enfermagem, da mesma forma que nós estaremos em lados opostos sempre que as propostas não vierem ao encontro dos interesses dos nossos colegas profissionais de enfermagem.

Dr. Neidson o senhor falou das funções e das limitações desta Casa, mas, a gente sabe que esta Casa tem poderes que a gente pode até dizer que são sobrenaturais. É verdade. Porque quando é do interesse, as coisas acontecem. Então é esse afinco, é essa dedicação que a gente está vendo aqui hoje, Dr. Neidson, que a gente espera do senhor e de todos os outros Deputados do Estado que nós colocamos aqui e sempre que o senhor precisar de força para fazer valer a nossa voz o senhor pode contar com o COREN/RO, o senhor pode contar com os colegas do João Paulo e eu tenho certeza que das outras instituições também. Talvez o número de profissionais, o número de colegas que estejam aqui hoje não seja o ideal, mas, a gente está vendo que os que têm interesse, que os que têm compromisso, têm comprometimento estão aqui com os seus filhos, com os seus pares, mas, vieram e eu tenho certeza que sempre que o senhor necessitar da nossa ajuda, da nossa voz para fazer valer os nossos direitos o senhor vai ter, conte conosco sempre.

E por último, eu não posso deixar de falar a colega Adalgisa, que questionou aqui a situação que todo o profissional

tem que fazer inscrição, infelizmente ou felizmente, colega, para evitar que a gente tenha profissionais, profissionais não, pessoas leigas exercendo quaisquer profissões regulamentadas por Lei, todos nós, enfermeiros, médicos, nutricionistas, fisioterapeutas, assistentes sociais, psicólogos, enfim, todo o profissional farmacêutico, biomédico, todo profissional que tem a sua profissão regulamentada em Lei, ele vai precisar sim estar inscrito em um Conselho. O Conselho ou os Conselhos poderiam não ter nenhuma, nenhuma outra função, o simples fato de fiscalizar o regular exercício profissional já é por si a essência e a razão de existir dos Conselhos. Desculpa a delonga e muito obrigada.

O SR. CAIO MARIN – Pessoal, só lembrar que a gente não vai fazer um novo Plano de Carreira de Cargos e Salários, ele já existe, vai se fazer uma revisão desse Plano de Carreira que já existe, e deixo uma mensagem aqui, a gente está no mesmo barco, enfermeiro, psicólogo, médico, agente administrativo, se a gente não se unir nesse momento, eu acho que o negócio vai continuar como era anteriormente, começou e não terminou.

Então, se houver a união verdadeira dos Sindicatos, certo, a gente vai para frente. Fiquem com Deus, obrigado.

A SRA. ADALGISA MOTA - Deputado, é só esclarecendo a colega a questão, quando eu falei do COREN é porque o que eu mais vejo nas unidades, são as pessoas reclamando da presença do COREN nas unidades, a equipe trabalhando com 30, 32, 20 pacientes e com uma equipe de quatro pessoas, foi isso que eu quis questionar, que eu sei que todas as profissões, elas têm seus Conselhos, mas, hoje, como está se tratando da enfermagem, foi isso que eu questionei, porque uma colega aqui também outro dia foi questionar quanto ao procedimento de um funcionário do COREN e ela precisou fazer um documento se retratando, para quê? Ela fez esse documento com medo de ser punida, fez, e ela disse que faria de novo, porque ela precisa do trabalho dela. Então foi essa questão, não que eu não soubesse que ele tem que ser o Conselho, querida.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado dona Adalgisa. Só lembrar a vocês que depois do término da conclusão nós temos aqui um coffee break aqui ao lado também. Vou ler os nomes dos representantes do Hospital João Paulo II: Régis, André Georg. Do Hospital de Base: Rosana Nascimento da Silva. Então, já está montado aqui o Fórum e a Comissão junto. Vamos passar para o representante do SINDERON.

O SR. FLÁVIO TAVARES – Quero agradecer ao Dr. Neidson, a todos os profissionais que estiveram aqui presentes, mas, uma coisa eu quero ressaltar, nesta Audiência, nós queríamos tanto tratar de assuntos que é para todos e voltaram a questão do Sindicato, eu assumi o Sindicato dia 05 de janeiro e com a nova proposta e inclusive nos meus ofícios eu sempre coloco uma frase: “o melhor de ser Presidente de Sindicato é que eu lembro todos os dias que eu continuo servidor”.

Se houve no passado algum acordo com o Governo, vocês podem ter certeza que comigo não vai ter porque eu sou eu, o meu nome é Flávio Leite e vocês me encontram no setor do meu trabalho. Eu gostei que o Régis colocou, a Patrícia colocou já de antemão não queria que o Caio ganhasse, mas ele ganhou eu vou ter que somar, infelizmente ou felizmente, o pessoal não fala, mas, eu falo, se você é o SINDSAÚDE hoje eu vou somar com você. Meu muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Raimundo.

O SR. RAIMUNDO NONATO – Eu só queria agradecer o Deputado Neidson pelo convite e dizer que a gente está à disposição tanto dos Sindicatos como dos servidores, como da Assembleia para que a gente possa fazer esse debate. Dizer para vocês que esse debate é o começo. Ele tem que fortalecer mais pessoas, participar mais e ser objetivo na discussão, e manter a unidade por que eu acho que o processo se dá por aí. E dizer para vocês o seguinte, tem que ter um Hospital novo nesse Estado pessoal. Agora Dr. Neidson, a Patrícia falou de uma coisa aqui, e esqueceu de dizer que os municípios também têm que fazer a sua responsabilidade, por que? Por que a saúde pública está municipalizada, a responsabilidade do Estado é média/alta complexidade e o município tem que fazer a sua parte, Porto Velho, os 52 têm que fazer a sua parte. O Governador deve encaminhar um projeto de lei para cá logo, para poder disseminar os Conselhos de Saúde que não funcionam adequadamente, que deveria funcionar e fiscalizar lá na ponta, por isso que há demanda no João Paulo, e melhorou quando houve a divisória, Patrícia, que o Estado foi dividido no meio, que foi criado o Pronto-Socorro HEURO lá em Cacoal que vai atender aquela região do Cone Sul, região da Zona da Mata e a região central, as ambulâncias não vem mais como vinham antigamente, vem mais, mas não com vinha antigamente. Elas vão lá para o Pronto-Socorro HEURO e para o Hospital de Cacoal que é a estrutura que foi montada no centro do Estado. Eu digo isso por que eu fiscalizo isso, pessoal, eu acompanho isso, tem problemas? Tem. Por que qual a Unidade que não tem? E um dos problemas foi colocado aqui na Mesa. Então nós temos que fortalecer para que vocês tenham melhores condições de trabalho, por que se não construir um novo Hospital não vai ter melhores condições de trabalho, e não adianta a gente reclamar, entendeu? Fica aqui as minhas palavras, agradeço o convite e o Conselho Estadual de Saúde está à disposição da Assembleia como também de vocês, como também dos Sindicatos.

Meu muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Dr. Bruno.

O SR. BRUNO ROSA BALBÉ – Deputado a defensoria agradece imensamente o convite, se coloca sempre à disposição para quem comparecer e debater essas questões muito caras a nossa sociedade. A questão da colocação da Patrícia é que colocamos também a Defensoria à disposição e só abrindo um parêntese nessa questão que você ventitou de contratação de funcionários. E eu atuo na Vara de Fazenda pública também e lá direto, nós conseguimos, impetramos ação e conseguimos a nomeação de candidatos que foram aprovados no concurso e não chamados pelo Estado. Então se não houve o caminho da boa vontade da nomeação, judicialmente nós conseguimos isso e isso pode vir a fazer uma diferença muito grande. Por que a prática que nós temos é que muitas carreiras, vão se, faz o concurso, a pessoa é aprovada e muitas vezes não se chama ninguém daquele cargo ou para determinado município ou para determinada função, aí quando provocada a Defensoria pode sim atuar e nós conseguimos tendo feito o concurso, o candidato aprovado, nós conseguimos judicialmente a nomeação desse pessoal o que pode ajudar aí. Então colocamos à disposição a Defensoria para o que for necessário novamente. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Dr. Bruno. Neucila.

A SRA. NEUCILA BARATTO – Gostaria de agradecer também ao Deputado Neidson pela oportunidade de expor o que o nosso Secretário determina para a gente fazer, por que vontade nós temos muitas, lembrando para vocês como o Caio já falou, nós estamos apenas revisando o nosso Plano de Cargos e Salários e consolidando. Eu penso como servidora de carreira que eu sou, nós temos que investir na perspectiva de uma carreira, muitas vezes a gente não ganha agora por que não tem recurso, mas, vamos pensar numa carreira de valorização do servidor público que realmente eu acredito que essa proposta pode ser muito viável. Agradecer a todos muito. Obrigada.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado a todos também, a todos os funcionários, os anjos da vida podemos dizer, que trabalhar arduamente aí para salvar vidas a cada dia que passa. E eu fazia parte até a um ano, um ano e três meses também dessa família, mas, pretendo voltar ainda, não se esqueçam. E espero que quando eu volte, nós tenhamos já esse Plano de carreira aprovado aí para que todos nós possamos trabalhar juntos. Então eu quero agradecer a todos vocês, a todos os presentes e representantes de classes, dos sindicatos, Dr. Bruno, também da Defensoria Pública um grande abraço. E invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense declaro encerrada a presente Audiência Pública e convidamos a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre desta Casa.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18h10min)

**ATA DA 14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 16 de março de 2016.

**Presidência do Sr.
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente**

**Secretariado pelo Sr..
JESUÍNO BOABAID - Deputado**

(Às 13 horas e 11 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Aécio da TV (PP), Alex Redano(SD), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Jesuíno Boabaid (PT de B), Lebrão (PTN), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Adelino Follador (DEM), Airton Gurgacz (PDT), Cleiton Roque (PSB), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Laerte Gomes (PEN), Lázinho da Fetagro(PT), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP) e Saulo Moreira (PDT).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 14ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da ata da sessão extraordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*) – Presidente, peço a dispensa da leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da ata da sessão anterior e determino sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passemos à Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da matéria a ser apreciada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*) - PROJETO DE LEI 319/2016 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 025. Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 3.686, de 08 de dezembro de 2015, que “Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 319/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*) – Presidente, não há matéria a ser discutida.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia. E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar esta Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 29 de março, no horário regimental, às 15:00 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 13 horas e 13 minutos)

**ATA DA 10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 8 de março de 2016

**Presidência do Sr.
ADELINO FOLLADOR - Deputado**

**Secretariado pelo Sr.
LEBRÃO - 1º Secretário**

(Às 19 horas e 3 minutos é aberta a sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airtton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Marcelino Tenório (PRP), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT) e Rosângela Donadon (PMDB).

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Havendo número legal, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 10ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Solicito a dispensa da leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior, Sr. Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Está dispensada a leitura da ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Passamos à Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 203/15 DO DEPUTADO EDSON MARTINS. “Institui o dia 19 de março como o Dia Estadual do Meio Ambiente”.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Em segunda discussão e votação, Projeto de Lei 203/2015 de autoria do Deputado Edson Martins. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Não há mais matérias. Encerrada a Ordem do Dia, senhor Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar. Invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 9 de março, no horário regimental, às 9:00 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 4 minutos).

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 91/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 29 a 31/03/2016, aos servidores relacionados, para participarem de Treinamento de novas ferramentas de aperfeiçoamento do processo de controle e gerenciamento via web dos Gestores de Contrato de Telefonia e Dados - Link de Internet, na cidade de Brasília - DF, conforme Processo nº. 03868/2016-99.

Matricula: 200160378
Nome: Rosivaldo da Silva Moquedace
Cargo: Diretor de Dept.
Lotação: Dept. de Com. Int. e Externa

Matricula: 200161617
Nome: Alexei Veras Abdo
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dept. Informática

Matricula: 200160435
Nome: Jamilton da Silva Costa
Cargo: Diretor de Depart.
Lotação: Dept. Informática

Porto Velho - RO, 23 de Março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 0501/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve: **D E S I G N A R**

A servidora **KARINY FERREIRA LISBOA DA SILVA**, como Gestora do contrato nº 004/2016 entre a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e a empresa LAJA LTDA – ME, conforme Processo nº 12229/2015-40 referente à prestação de serviços de confecção e fornecimento de carimbos, serviços de chaveiros, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 23 de março de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 92/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Paragrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 24 a 26/03/2016, ao **Deputado Estadual JESUÍNO SILVA BOABAID**, cadastro nº 200160356, conforme Processo nº. 03965/2016-63.

Porto Velho - RO, 28 de Março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ADVOCACIA GERAL

Extrato Contrato nº 005/2016

Processo Administrativo nº 01094/2016-23

Contratante:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA

Contratada:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATANTE, mediante adesão ao (s) ANEXO (s) deste Instrumento contratual que, individualmente, caracteriza (m) cada modalidade envolvida.

DO PRAZO: 7.1. O prazo de vigência do presente contrato, em conformidade com o Inciso II, do Artigo 57 da Lei 8.666/93, será de 12 (doze) meses a partir do dia 15 de março de 2016, podendo prorrogar-se por meio de termo aditivo, por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses.

DO VALOR: 10.1. Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste contrato têm seu valor estimado em R\$ 267.600,00 (Duzentos e Sessenta e Sete mil e Seiscentos Reais).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 10.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma: Elemento de Despesa: 339039 - Projeto/Atividade/Programa de Trabalho: 01122102020620000.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sendo registrado no livro de Contratos da Advocacia Geral da Assembleia Legislativa às fls. 5, devendo ser assinado na presença de duas testemunhas:

Porto Velho 14 de março de 2016.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Deputado Mauro de Carvalho – Presidente
Arildo Lopes da Silva - Secretário-Geral

Contratada: **José Carlos Fosqueira** - Diretor Regional
Luis Henrique Manzan - Diretor de Vendas

Visto: Celso Ceccatto - Advogado-Geral